



Gonçalo Salvador
Caeiro

A TAUROMAQUIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Relatório de Dissertação do Mestrado em
Ciências Empresariais – Ramo Gestão de
Pequenas e Média Empresas

Trabalho realizado sob a orientação:

Prof. Doutor Henrique Reis

Prof. Doutora Sandrina Moreira

outubro 2020

JURI DA PROVA

Presidente: Prof^a. Coordenadora Sandra Cristina Dias Nunes

Vogal Arguente: Prof. Coordenador Joaquim José Peres Escaleira

Orientador: Prof^a. Adjunta Sandrina Berthault Moreira

< página deixada em branco propositadamente >

Quero agradecer a todos aqueles que comigo se cruzaram ao longo dos anos da vida estudantil, que deixando um pouco de si na minha vida, permitiram tornar-me na pessoa que hoje sou e a alcançar os objetivos a que me proponho.

Partilhar agradecimento à minha família e amigos, por todo o apoio e compreensão, ao longo destes anos e perdão pelo tempo de ausência derivado este trajeto.

Uma mensagem especial ao orientador Professor Doutor Henrique Reis e à coorientadora Professora Doutora Sandrina Moreira, pela disponibilidade e prontidão demonstrada ao longo da realização desde desafio.

RESUMO

A tauromaquia, apesar de envolta em alguma polémica nos tempos recentes, encontra-se difundida um pouco por todo o Portugal Continental, e será importante, por isso perceber se existe relação entre a sua presença e o desenvolvimento regional.

Deste modo, a presente dissertação procura apresentar os conceitos de desenvolvimento regional e tauromaquia, adicionando a esta problemática a questão cultural, uma vez que um dos maiores debates sobre a temática se centra sobre se deveremos considerar a tauromaquia cultura ou não, sendo apresentada uma posição para esta questão.

Verifica-se que desenvolvimento regional e a cultura, apesar de áreas díspares, encontram-se intimamente ligadas, pois a cultura de uma região, com todas as suas marcas distintivas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, caracterizam o modo de agir e pensar, dessa sociedade. Deste modo a cultura de um povo influencia o desenvolvimento social de uma região. Além desta relação ao nível social, a questão cultural, contribui para o desenvolvimento das regiões através das suas atividades culturais.

A pesquisa apoiou-se na metodologia da observação participante, na análise bibliográfica e documental. As análises efetuadas nos diferentes âmbitos de investigação permitiram compreender como é que esta manifestação cultural com raízes tradicionais, pela sua componente de diferenciação e distintividade, pode ser um elemento de desenvolvimento socioeconómico a ter em conta nas estratégias de afirmação da identidade, num quadro de relações com cultura global, e no desenvolvimento das regiões onde a festa e os espetáculos dos touros são mais intensamente vivenciados.

Palavras-chave: Tauromaquia; Identidade Cultural; Desenvolvimento Regional; Portugal.

ABSTRACT

Bullfighting, although involved in some controversy in recent times, is widespread throughout Continental Portugal, and it will then be important, to understand if there is a relationship between its presence and regional development.

Thus, this dissertation seeks to present the concepts of regional development and bullfighting, adding to this problem the cultural issue, since one of the biggest debates on the theme focuses on whether we should consider bullfighting culture or not, and a position is presented for this question.

It appears that regional development and culture, despite disparate areas are closely linked, as the culture of a region, with all its distinctive marks, spiritual and material, intellectual and affective, characterize the way of acting and thinking of this society. In this way, the culture of a people influences the social development of a region.

In addition to this relationship at the social level, the cultural issue contributes to the development of the regions through cultural activities.

The research was based on the methodology of participant observation, bibliographic and documentary analysis. The analyzes carried out in the different areas of investigation allowed us to understand how this cultural manifestation with traditional roots, due to its component of differentiation and distinctiveness, can be an element of socioeconomic development to be taken into account in relations of affirmation of identity, within a framework of relationships with global culture, and in the development of the regions where the party and the spectacles of the bulls are more intensely experienced.

Keywords: Bullfighting; Cultural Identity; Regional development; Portugal.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3
2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO	9
3. TAUROMAQUIA.....	13
CAPÍTULO II	
4. METODOLOGIA E OBJETIVOS.....	19
5. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	21
5.1. APRESENTAÇÃO DO ISDR	21
5.2. ISDR EM PORTUGAL	23
5.3. ANÁLISE DO ISDR NAS REGIÕES ALENTEJO CENTRAL, ALGARVE, AML E LEZÍRIA DO TEJO.....	26
CAPÍTULO III	
6. SETOR TAUROMÁQUICO	31
6.1. CADEIA DE VALOR DO SETOR TAUROMÁQUICO	31
6.2. CARATERIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE CAE –.....	32
ATIVIDADES TAUROMÁQUICAS.....	32
6.2.1. ESTRUTURA E DEMOGRAFIA	32
6.2.2. INDICADORES ECONÓMICO/FINANCEIROS	38
7. CRIAÇÃO DO ÍNDICE DE ATIVIDADE TAUROMÁQUICA (IAT)	46
7.1. APRESENTAÇÃO DO IAT	46
7.2. IAT EM PORTUGAL	48
7.3. ANÁLISE DO IAT NAS REGIÕES ALENTEJO CENTRAL,.....	54
ALGARVE, AML E LEZÍRIA DO TEJO	54

8. ISDR vs IAT.....	57
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS.....	69
APÊNDICES.....	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2018 (Autoria Própria)	24
Figura 2 - Resumo da classificação das quatro regiões em análise segundo o ISDR (Autoria Própria)	26
Figura 3 - Indicadores complementares ao ISDR para as regiões em análise (Dados 2018), (Autoria Própria)	27
Figura 4 - Cadeia de valor direto e indireto da Tauromaquia (Protoiro, 2020)	31
Figura 5 - Distribuição das empresas organizadoras por CAE (Autoria Própria)	33
Figura 6 - Distribuição do número de eventos por CAE dos organizadores (Autoria Própria)	34
Figura 7 - Evolução das Vendas e Prestações de Serviços empresas com CAE Atividades Tauromáquicas 2014-2018 (INE).....	35
Figura 8 - Distribuição geográfica das empresas com CAE 93921 - Atividades Tauromáquicas (n.º empresas) (INE, 2020)	37
Figura 9 - Evolução da Margem Operacional nas empresas com CAE Atividades Tauromáquicas 2014-2018 (INE)	42
Figura 10 - Valores de EBITDA e Vendas 2014-2018 (Autoria Própria)	42
Figura 11 - Evolução da Autonomia financeira nas empresas com CAE Atividades Tauromáquicas 2014-2018 (INE)	44
Figura 12 - Evolução do indicador Liquidez Reduzida nas empresas de CAE Atividades Tauromáquicas (2014-2018) (Banco Portugal, 2020)	45
Figura 13 - Score utilizado para o tratamento de dados do IAT (Pereira, 2010).....	47
Figura 14 – Matriz da classificação relativa de cada componente do IAT (Pereira, 2010)	47
Figura 15 - Níveis do IAT (Pereira, 2010)	48
Figura 16 - Peso dos espetáculos de tauromaquia popular em Portugal Continental 2018 (Autoria Própria)	49

Figura 17 - Peso dos espetáculos de tauromaquia formal em Portugal Continental 2018 (Autoria Própria)	50
Figura 18 - Peso da tauromaquia através do IAT (Autoria Própria)	52
Figura 19 - Resumo IAT para as regiões em análise (Autoria Própria)	57

INTRODUÇÃO

A cultura e o desenvolvimento são, de um modo geral, conceitos usados em áreas disciplinares distintas, sendo o conceito de cultura mais aplicado no âmbito alargado das ciências sociais, enquanto o conceito de desenvolvimento surge essencialmente associado às ciências económicas.

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender a relação entre o desenvolvimento regional e a tauromaquia, enquanto atividade cultural e económica em Portugal Continental. Em sequência, foram definidos os seguintes três objetivos específicos: analisar o setor tauromáquico ao nível empresarial; criar um índice de atividade tauromáquica; e testar a hipótese de que a tauromaquia tem influência para o desenvolvimento regional.

O capítulo I da presente dissertação procura realizar o enquadramento teórico das variáveis em estudo, tendo sido realizada uma revisão da literatura referente aos itens desenvolvimento regional, onde se procura apresentar as diferentes teorias existentes sobre o conceito, a evolução e os principais fatores que para ele contribuem; também analisando o conceito cultura, no qual se apresentam diferentes abordagens ao conceito e as suas principais condicionantes, e por fim a tauromaquia, onde se apresentam fundamentos para que atividade seja considerada cultura, seguido de uma resenha histórica sobre factos marcantes da tauromaquia, que nos permite conhecer o que é a corrida de touros nos dias de hoje e aquilo que foi a sua evolução histórica.

Prossegue-se para o capítulo II com a apresentação da metodologia de trabalho, cuja pesquisa se apoiou na metodologia da observação participante, nas análises bibliográfica e documental. O trabalho desenvolvido teve como ano base o ano de 2018, sendo à data da realização desta dissertação o último ano em que todos os dados utilizados para a construção dos índices e restantes indicadores analisados se encontravam completos.

Segue-se a explicitação do objetivo geral e dos objetivos específicos anteriormente apresentados.

Adicionalmente é apresentado e analisado o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de onde se analisa Portugal Continental num âmbito geral e em quatro regiões específicas: o Alentejo Central, o Algarve, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a Lezíria do Tejo. A escolha

destas regiões é fundamentada com os seus diferentes resultados ao nível do desenvolvimento regional e a presença da tauromaquia nas mesmas. Com esta análise procuramos definir as regiões quanto ao seu desenvolvimento e apresentar um indicador que no final nos permitirá fazer a correlação entre o desenvolvimento regional e cultural e a tauromaquia.

No capítulo III será apresentado o setor tauromáquico, com a apresentação da interação da organização de eventos de cariz tauromáquico com outras atividades económicas. Adicionalmente analisamos as empresas que se dedicam em exclusividade à organização de eventos tauromáquicos, com uma análise estrutural e demográfica das organizações, que será complementada através de indicadores económicos/financeiros, que nos permitirão retirar conclusões sobre a sua presença, peso nas regiões onde se encontram inseridas e a sua solidez financeira.

Ainda neste capítulo, é apresentada a adaptação do Índice de Atividade Tauromáquica (IAT) inicialmente construído por Pereira (2010) e agora adaptado para o presente trabalho, com a atualização dos dados ao ano de 2018.

Por fim procuram-se encontrar correlações entre a presença da tauromaquia nas regiões em análise e o seu desenvolvimento regional, onde se tentará testar a hipótese de que, para a amostra em análise, a tauromaquia contribui para o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO I

1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento económico-social, ou simplesmente, desenvolvimento surge como um movimento ascendente de todo um sistema social, expresso por um conjunto de fatores endógenos, económicos ou não-económicos, e também por fatores exógenos (Myrdal, 1974). Ao longo da história foram desenvolvidas várias teorias sobre e argumentações em torno do conceito de desenvolvimento. Como relata Aydalot (1985), durante as décadas de 60 a 80 do século XX, o desenvolvimento definia-se como um conjunto de mudanças quantitativas nas variáveis rendimento e produto, numa ótica funcionalista e produtivista, em que o espaço surge como base física das atividades económicas. Segundo o mesmo autor, o conceito moderno entra em rutura com a ótica funcionalista e sugere o regresso à ótica territorial que valoriza os recursos endógenos e a participação dos atores locais.

Numa outra perspetiva, Scatolin (1989, p. 6), afirmou que “poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que se têm prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinónimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenómenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento”.

Assim, o conceito desenvolvimento: “em qualquer conceção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (Vasconcelos e Garcia, 1998, p. 205).

O desenvolvimento regional resulta da integração da variável espacial no conceito de desenvolvimento económico e social. Esta variável espacial é denominada por região¹, podendo ser referente a um continente (por exemplo, Europa), uma comunidade de países (por exemplo, União Europeia (UE)), ou uma região territorial dentro de um país (por exemplo, Alentejo).

Para Dallabrida (2011), o desenvolvimento regional pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vista à dinamização económica e a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Esta definição surge na sequência da introdução ao conceito de desenvolvimento regional de uma multiplicidade de fatores como a inovação, competitividade, tecnologia e capital humano. Adicionalmente também o turismo, infraestrutura e equipamentos, e o setor energético têm-se revelado importantes para o desenvolvimento regional. Nos parágrafos seguintes debruçamo-nos sobre cada um destes principais impulsionadores do desenvolvimento regional.

Contudo, em termos históricos, o desenvolvimento regional começou a ser estudado de acordo com várias teorias económicas, das quais são exemplos as primordiais de Schumpeter, Perroux e Myrdal. Deste modo verificamos que o desenvolvimento regional a nível conceptual sofreu uma evolução ao longo do último século.

Perroux (1950) explicou o desenvolvimento regional com o auxílio da teoria dos Polos de Crescimento. Os polos industriais de crescimento podem surgir em torno de uma aglomeração urbana relevante ou ao longo das grandes fontes de matérias-primas, assim como nos locais de passagem e fluxos comerciais significativos ou ainda em torno de uma grande área agrícola dependente. Segundo a sua teoria, estes podem tornar-se num polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir a produção e o emprego no meio em que está inserido.

¹ O desenvolvimento ganhou além da variável espaço, a qual resultou na designação mais comum de desenvolvimento regional, várias outras variantes que genericamente consistem em acoplar um adjetivo à palavra “desenvolvimento”, com destaque para as abordagens mais difundidas do desenvolvimento sustentável, que tem por base a associação das questões ambientais ao desenvolvimento, e do desenvolvimento humano, que surge das necessidades básicas humanas sobre três pilares: uma vida longa e saudável, um nível de conhecimentos aceitável e um nível de vida digno (Moreira e Crespo, 2012).

Por seu lado, Myrdal (1957) recorreu à Teoria da Causalidade Cumulativa, para afirmar que o desenvolvimento das nações mais ricas e o das nações pobres jamais podem convergir, sendo que pelo contrário, podem divergir, com os países pobres confinados à produção dos bens primários de menor valor agregado enquanto os países ricos continuam a usufruir dos lucros associados à economia de escala.

Em ambos os casos os autores defendem que as características regionais, com a aglomeração de atividades económicas e com um mercado de trabalho desenvolvido, dão origem às economias de escala que tornam as regiões mais atrativas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Krugman (1989) e Scott (1998), apoiando-se nos custos de transação apontam a teoria do desenvolvimento regional como suporte teórico da "nova geografia económica", segundo a qual, as concentrações geográficas da atividade se explicam pelos custos de transação, pela eficiência e pelas especializações comerciais e económicas.

Schumpeter (1943) mencionou a destruição criativa ou a inovação como estímulo para o desenvolvimento económico, introduzindo na discussão este fator, que Nelson e Winter (1982) estenderam ao desenvolvimento regional. Segundo os autores, o modo pelo qual os atores regionais fazem as coisas, ou seja, os seus valores, rotinas e normas afetam o comportamento e são operacionalizadas de forma desigual nas diversas regiões levando a um desenvolvimento regional desigual e consequentemente à formação e aprofundamento das assimetrias regionais.

A visão tradicional funcionalista reconhece, porém, que a inovação promove a competitividade das empresas e contribui para o desenvolvimento económico.

Adicionalmente, Rutten e Boekema (2007) referem que a tecnologia é uma condição fundamental, mas não suficiente para o desenvolvimento económico regional. Anteriormente, Maskell (1998) considera igualmente que a tecnologia se tornou onnipresente, pelo que já não é condição suficiente de vantagem competitiva em relação aos concorrentes. Atualmente, na presença de muitas inovações, os consumidores estão interessados em produtos e serviços que tornam as suas vidas mais cómodas e que se ligam aos valores, modas e estilos de vida que ambicionam ou desejam. Hertog et al. (1997), Porter (1998) e Rutten (2003) afirmam ainda que a tecnologia é apenas uma das combinações de diversos tipos de conhecimento que a inovação requer.

Os ativos intangíveis regionais, assumindo um papel determinante, são parte de um processo constante das relações sociais (Granovetter, 1985), tal como o capital social, entendido por Putnam (2000), a organização social e as instituições. Reich (1991) chama a atenção para o nível da educação e da força de trabalho, ou seja, o capital humano, que segundo o autor, está na base da produção.

Para Diniz e Gerry (2005), o desenvolvimento regional enquadra-se em dois paradigmas, o endógeno, baseado nos recursos específicos ou internos da região que valoriza a obtenção de competências dos recursos humanos e o exógeno apoiado nos recursos externos à região, que evidencia o livre funcionamento dos mercados e a participação das empresas regionais nos fluxos comerciais, surgindo assim o conceito de capital humano.

O stock de capital humano, segundo Shapiro (2006), estimula uma região ou lugar a proporcionar melhor qualidade de vida aos seus residentes. O autor estima que 40% dos efeitos do aumento do capital humano estejam diretamente relacionados com o aumento da qualidade de vida. Winters (2011) refere que a existência de instituições de ensino superior na região é um determinante fulcral para explicar o nível de capital humano.

O stock de capital humano local tem um significativo aumento não só pela população residente que tem acesso ao ensino superior, mas também pelos alunos de outras regiões que a esta acorrem e aí se fixam (Hickman, 2009; Winters, 2011).

Adicionalmente, Morgan (2004) menciona outros ativos intangíveis como a proximidade social e cultural dos atores cuja função é facilitar a cooperação entre os parceiros da rede. As regiões com uma elevada produtividade têm maior capacidade de captação de recursos humanos qualificados, provocando um aumento da população nessa região (Waldorf, 2009), o que, por sua vez, conduz ao aumento do preço das habitações (Shapiro, 2006).

Para Glaeser et al. (2001) e Waldvogel (2008), os residentes com formação elevada podem proporcionar a diversidade e a densidade de serviços de consumo a serem politicamente ativos (Milligan et al., 2004) e menos propícios à prática de crimes (Lonchner e Moretti, 2004).

De acordo com Jackson e Murphy (2006), o turismo surge como um fator importante para promover o desenvolvimento económico regional, substituindo o emprego que se vai perdendo noutros setores motivados pelo uso crescente de tecnologias ou pela migração dos jovens para as grandes cidades ou regiões mais desenvolvidas. Assim, o turismo pode

revelar-se como um agente fulcral para a recuperação económica de determinadas regiões, essencialmente as mais isoladas e de baixa densidade, se detentoras de um vasto património natural, patrimonial e cultural. Refira-se, contudo, como refere Tisdell (1998), que o turismo não pode ser a única solução para o desenvolvimento regional.

As infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades económicas e às famílias surgem também como um fator crucial para as estratégias de desenvolvimento regional ao contribuir para melhorar a produtividade (Munnell, 1992). Arrow e Kurtz (1970) e HoltzEakin e Lovely (1995) descrevem a relação positiva entre produtividade e eficácia das infraestruturas. Contudo, esta relação é reforçada por Aschauer (1990) ao mostrar um impacto positivo substancial no capital público. Holtz-Eakin (1994) e Garcia-Mila et al. (1996), por sua vez, contestam esta posição documentando uma causalidade oposta entre produtividade e capital público, a não-estacionariedade dos dados e a não observação das características particulares do Estado.

Esta posição foi posteriormente contestada por Everaert e Heylen (2001), Fernald (1999), Canning (1999), Bonaglia et al. (2000), Canning e Pedroni (2004) e Destefanis e Sena (2005), que provaram a existência de uma relação positiva entre o capital público e a produtividade. A discussão deixa, contudo, em aberto uma questão: até que ponto o capital público investido numa região contribui para o aumento da produtividade das regiões vizinhas.

Certo é que o capital público de uma região contribui para o aumento da vantagem comparativa sobre as demais podendo, assim, captar fatores de produção de outros territórios que verão a sua produção ou produtividade baixar (Boarnet, 1998).

Por último, segundo Ramachandra (2007), o setor energético é fundamental para o desenvolvimento económico e social sustentável de uma região, e o desenvolvimento económico depende do sistema de energia do país e do seu planeamento descentralizado (Rachamandra, 2003).

Tendo por base as argumentações anteriormente apresentadas, surgiram as teorias das redes regionais descritas por Lundvall (1992), Porter (1990) e Rutten e Boekema (2007), que explicam o desenvolvimento regional como o resultado da interação dos agentes nas e entre redes. A densidade das redes e a interação entre elas, a par do seu número, levam a que cada região se especialize e tenha uma determinada estrutura económica e social.

O desenvolvimento económico regional resulta assim da interação entre a inovação, as redes sociais² e os ativos tangíveis e intangíveis da região tais como o conhecimento e a tecnologia (Cooke, 2002; Teece, 2000).

Em suma, o conceito de desenvolvimento regional sofreu alterações significativas ao longo dos últimos 70 anos, deixando de ser estudado exclusivamente através de teorias económicas como a Teoria dos Polos Crescentes (Perroux, 1950) e da Teoria da Causalidade Cumulativa (Myrdal, 1957), para ser um agregado de fatores como a competitividade, a inovação, a tecnologia e o capital humano.

Inicialmente o desenvolvimento regional era medido através de fatores económicos como a aglomeração de atividades económicas, por base da industrialização da década de 50. Na década de 80 é introduzido o fator dos custos de transação, adicionando-se ao aglomerado de atividades económicas a capacidade de as indústrias conseguirem escoar os seus produtos, começando a ser estudada a forma como os atores participavam e contribuíam para as assimetrias regionais.

Seguidamente os estudiosos da área foram adicionando visões e fatores para explicar o fenómeno do desenvolvimento, tal como a tecnologia apontada por Rutten e Boekema, contudo o facto de a tecnologia estar omnipresente nos nossos dias deixa de ser um fator só por si diferenciador. Surgem assim outros fatores como a capacidade de inovação, a competitividade dos agentes e o capital humano, que ganham relevo naquilo que é o desenvolvimento regional.

Por fim, áreas de investimento como o turismo, as infraestruturas e equipamentos e o setor energético vieram contribuir para atenuar as perdas causadas pelo avanço tecnológico, criando assim caminhos em busca do desenvolvimento, especialmente em regiões menos desenvolvidas.

² Redes sociais representam estruturas sociais compostas por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns. Uma das fundamentais características na definição das redes é a sua abertura, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes. "Redes não são, portanto, apenas uma outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente." (Duarte, F.; Quandt, C.; Souza, Q., 2008).

2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) levou a efeito no ano de 1982 a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural e a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural. De acordo com a referida Declaração (UNESCO, 2001, p. 3), "no seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada como o conjunto de marcas distintivas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Neste sentido, a cultura compreende além das artes e letras, modos de vida, direitos fundamentais do ser humano e os sistemas de valores, tradições e crenças."

Ao longo das últimas décadas o entendimento sobre o conceito de cultura tem vindo a ser debatido, sendo em seguida apresentadas várias perspectivas para este tema.

Segundo Trice e Beyer (1984), a cultura tem dois componentes básicos: substância e forma. A substância é a rede de significados contidos em ideologias, normas e valores. A forma é constituída pelas práticas em que estes significados são expressos, afirmados e comunicados para os membros do grupo. Essas práticas são manifestações concretas da cultura. Assim, existem quatro categorias principais de formas culturais: símbolos, linguagem, narrativa e práticas.

As formas culturais dão tangibilidade às ideologias organizacionais, e servem como um mecanismo de percepção pelo qual a cultura é transmitida e reforçada. Pelo estudo das formas pode-se identificar a especificidade de cada cultura.

Dupuis (2008, p. 202), considera que a cultura é “constituída pela interação de elementos estruturais” como economia, administração, práticas e representações sociais que constituem as “manifestações da cultura” de um grupo social.

Entendimento semelhante apresenta Geertz (2009, p. 37) que denomina a cultura como um fenómeno, que se concentra no “significado que instituições, ações, imagens, elocuções, eventos, costumes [...] têm para seus proprietários”.

Ainda, Geertz (1989, p. 26), acrescentou que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, assumindo cultura como “sendo essas teias e a sua análise, portanto, como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. Vista como um sistema entrelaçado de significados, a cultura, diz Geertz (1989, p. 8), “é um contexto,

dentro do qual os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições e os processos podem ser descritos de forma inteligível”. Acrescenta-se ainda que “é através do fluxo do comportamento, ou mais precisamente da ação social, que as formas culturais encontram articulação” e que “qualquer que seja o nível em que se atua e por mais confuso que seja, o princípio orientador é o mesmo: as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações, é preciso apenas descobrir o acesso a elas”. Nesta linha de pensamento, a cultura pode ser vista como a maneira como as pessoas e os grupos sociais se relacionam e agem, o que é ressaltado por D’Iribarne (1983), ao afirmar que, a cultura é um recurso, ou um ponto de apoio para o estabelecimento de relação e cooperação entre atores sociais. Nesta perspectiva, para melhor entender essas relações, torna-se importante identificar o conjunto de valores, estilos, formas de pensar, que se estende a uma diversidade de grupos sociais vistos e compreendidos como integrantes de uma mesma cultura ou subculturas. Tal facto é explicado no sentido antropológico, ao não se falar em cultura no singular, mas em culturas, no plural, pois as leis, os valores, as crenças, as práticas e as instituições variam de uma formação social para outra (Chauí, 1994).

A noção de cultura pode ser ainda entendida na perspectiva de memória coletiva, a qual segundo Ortiz (2006), só existe enquanto prática que se manifesta no dia-a-dia das pessoas, agradando, ao conceito de cultura, a transformação e a forma dinâmica da atuação dos atores sociais. A cultura pode ser vista como um elemento de transformação socioeconómica e com influência no funcionamento das organizações, ao considerar os eixos globais e locais estruturantes dos diferentes contextos organizacionais.

DaMatta (1997, p. 74) adverte que a cultura está, como outros sistemas, igualmente “submetida a certos fatores sociais, políticos, económicos comuns”.

A relação entre a cultura e o desenvolvimento, encontra-se presente nos diferentes debates da UNESCO desde a década de 50. Existe uma grande diversidade de interpretações sobre o papel que a cultura deverá ter no desenvolvimento, sendo algumas delas mesmo contraditórias. Até à década de 50 do século XX, o conceito de desenvolvimento era essencialmente entendido na sua vertente económica, sendo que era igualado ao crescimento económico, ignorando todas as restantes áreas de influência. Contudo, verificou-se que o crescimento económico não explicava só por si, o desenvolvimento, surgindo neste novo paradigma, a introdução de novas áreas de estudo, como foi o caso da cultura.

Muitas são as relações que podem ser estabelecidas entre o desenvolvimento regional e a cultura, contudo tendo a amplitude e a ligação verificadas, iremos ter em atenção as enunciadas por Alem (2017), a saber:

1. Identidade e diversidade cultural - ensina a perceber e valorizar os diversos modos de fazer, pensar, se expressar e viver o mundo. O desenvolvimento é um fenómeno e uma escolha cultural, pelo que, cada sociedade precisa construir o seu projeto de desenvolvimento a partir dos seus próprios sonhos, objetivos e meios, ou seja, respeitando sua própria identidade.
2. Eixo de crescimento económico - o setor cultural é importante na criação de emprego, no qual existe uma alta capacidade de gerar reinvestimentos dos ganhos e deve ser utilizado como um meio de fortalecer o turismo do país.
3. Matriz de valores - para alguns autores, o processo de desenvolvimento depende do conjunto de valores estabelecidos na sociedade. Tais valores orientariam aspetos básicos e estruturantes de uma comunidade, que vão desde o funcionamento das burocracias até ao comportamento consumidor ou de poupança dos indivíduos. Além disso, os valores acabam por definir também os próprios objetivos do desenvolvimento. A cultura, nesse contexto, é uma importante fonte de manutenção, transmissão e transformação de valores da sociedade.
4. Formação intelectual dos indivíduos - no contexto da economia do conhecimento/sociedade da informação é comum afirmar que a competitividade de empresas e de países está centrada na formação intelectual dos indivíduos. Nesse sentido, o consumo e a fruição cultural são fundamentais no desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, da criatividade e do pensamento crítico.
5. Arranjos institucionais - sobretudo a partir da década de 1990, ganharam força correntes teóricas que destacam o papel dos arranjos institucionais na promoção do desenvolvimento. Nessa abordagem, o funcionamento de determinadas instituições pode gerar, por exemplo, um mercado mais ou menos eficiente. A cultura é um elemento estruturante e conformador das instituições, sejam estas formais ou informais.
6. Eixo de desenvolvimento sustentável - o setor cultural é reconhecido pelo baixo impacto ambiental produzido. Fazer um filme, escrever um livro ou compor uma

música só por si não levam a grandes consumos de recursos naturais, nem grandes estruturas físicas e não gera quantidades volumosas de resíduos. Pelo contrário, muitas vezes a sustentabilidade é o fator de geração de valor de produtos e serviços (caso da moda, artesanato, design, etc.)

7. Os laços de confiança - para algumas correntes os laços de confiança, tolerância e empatia entre os membros de uma determinada sociedade podem favorecer o bom funcionamento das instituições e do mercado em geral. Esse conjunto de elementos também é chamado de capital social. A cultura, enquanto complexo de fatores que ajuda a moldar os hábitos, os indivíduos e comunidades, tem direta influência no capital social.
8. Transversalidade com demais políticas - a cultura também se tornou um eixo estratégico de desenvolvimento, dada a sua transversalidade e intercambialidade com diversas políticas públicas (de saúde, urbanas, educacionais, etc.).
9. Dominação e dependência cultural - outras teorias ponderam que o processo de desenvolvimento só é possível com a superação de certas estruturas de dominação económica, política, social e cultural. Nesse contexto, a cultura desempenha um importante papel de emancipação e construção de um projeto nacional.
10. Cultura como objetivo do desenvolvimento - todos os pontos anteriores têm em comum o tratamento da cultura como um meio, um instrumento para a promoção do desenvolvimento. Porém, se o desenvolvimento pretende uma melhoria nas condições de vida da população, a cultura pode ser um dos fins dessa ação, por exemplo, garantindo-se o pleno exercício dos direitos culturais.

Em suma, a cultura é conforme mencionado pela UNESCO (2001, p. 3) como "todo um complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

A cultura ajuda-nos a perceber os comportamentos de determinada sociedade perante a mesma situação, o modo de agir e de pensar. A nível económico a cultura permite-nos compreender o modo de funcionamento das organizações, a denominada “cultura organizacional” e a forma como a cultura no seu sentido lato influencia o desenvolvimento regional, conforme o exemplo de relações enunciadas por Alem (2017).

3. TAUROMAQUIA

A tauromaquia é uma atividade económica e cultural, que ao longo da história tem despertado paixões a favor e contra. Embora controversa ao nível social e político, procuramos neste primeiro momento apresentar as justificações pelo qual consideramos a tauromaquia ao longo desta dissertação como atividade cultural.

Verificamos que a tauromaquia nas suas diversas vertentes preenche os requisitos emanados por parte da UNESCO para a definição de cultura, uma vez que estamos perante marcas distintivas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, neste caso na população portuguesa, em especial aquela cujas regiões de nascimento ou residência apresentam uma maior presença da atividade tauromáquica. Conforme refere Pedro Ribeiro, presidente da Câmara Municipal do Cartaxo em declarações ao Jornal Valor Local, do dia 04-11-2019, a tauromaquia representa uma *“marca distintiva da cultura portuguesa, com as mais diversas marcas intelectuais e afetivas na sociedade portuguesa, especialmente fortes em diversas regiões e grupos sociais, sendo uma arte performativa, que encerra em si um sistema de valores, tradições e crenças que promovem a excelência humana e o humanismo”*.

Adicionalmente ao cumprimento dos requisitos enumerados pela UNESCO, a tauromaquia é reconhecida pelo Estado português, no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 89/2014, de 11 de junho, como cultura, afirmando-se que "a tauromaquia é, nas suas diversas manifestações, parte integrante do património da cultura popular portuguesa. Entre as várias expressões, práticas sociais, eventos festivos e rituais que compõem a tauromaquia, a importância dos espetáculos em praças de touros está traduzida no número significativo de espectadores que assistem a este tipo de espetáculos" (Decreto-Lei n.º 89/2014, p. 3080).

Acrescente-se o Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos espetáculos de natureza artística, afirmando, no ponto 2, do artigo 2º que a tauromaquia é uma atividade artística.

A tauromaquia pode ser definida como a arte de enfrentar e lidar touros bravos (Pereira, 2010). A expressão cultural da tauromaquia encontra-se difundida um pouco por todo o mundo, sendo que os seus principais polos se encontram situados, no continente europeu,

em Portugal, Espanha e França, e na América do Sul, na Venezuela, no Equador, na Colômbia e no Peru.

No entanto, as corridas de touros têm vindo a expandir-se em diversas geografias, sobretudo na América do Norte, onde existe uma forte presença taurina no México, e a partir do final do século XX também nos Estados Unidos da América e no Canadá, por forte influência das comunidades portuguesa e espanhola naqueles territórios.

A corrida de touros, apesar da controvérsia que surge em seu torno, continua a ganhar aficionados um pouco por todo o globo, especialmente na China, onde o espetáculo tem despertado forte interesse por parte dos grandes investidores chineses em Portugal. O ano de 2020 marcaria o regresso das corridas de touros ao continente asiático, onde antes da pandemia COVID-19, se encontravam a ser preparadas a sua realização em Guizhou, dezasseis anos depois da última corrida realizada em território chinês, mais propriamente em Xangai.

Tendo por base Franco (2008), segue-se uma resenha histórica da evolução da tauromaquia desde os seus primeiros registos até aos dias de hoje, onde se procura apresentar os factos mais relevantes da sua história.

Ao longo das últimas décadas, a tauromaquia, ainda que de forma pontual, chegou a outras localizações geográficas, como é o caso da Bélgica, Grécia ou Indonésia (país onde se registou a maior enchente da história da tauromaquia, com três corridas de touros e uma lotação aproximada de 100.000 espetadores).

Aquando do império colonial português, também as então colónias de Angola e Moçambique receberam várias corridas de touros e, na atualidade, ainda é possível encontrar praças de touros nesses países, apesar do seu elevado estado de degradação.

No contexto nacional, a tauromaquia teve a sua primeira referência no ano de 1258, nas Inquirições de D. Afonso III, onde se refere que D. Sancho I (1154 -1211), o segundo rei de Portugal, alanceou (matou com uma lança) touros no Campo das Almoínhas.

Desde a fundação de Portugal que se realizavam corridas de touros nas principais praças públicas das cidades e vilas, onde se montavam praças, tipicamente com formas quadradas, feitas em madeira, que eram desmontadas posteriormente aos festejos. Em

Lisboa, por exemplo, até ao final do século XVIII, essas corridas realizavam-se no Terreiro do Paço e no Rossio. Em Viana do Castelo, no século XVII, estas realizavam-se na atual Praça da República e, em Évora, na Praça do Giraldo. Assim era em todo o país, de norte a sul, passando pelas Ilhas.

Além do Terreiro do Paço e Rossio, Lisboa também recebeu corridas de touros em Xabregas (século XVI), onde toureou o rei D. Sebastião, na Junqueira (Belém) e na Estrela (ambas no século XVIII), com a intervenção de reis e fidalgos, em espetáculos que eram oferecidos ao povo, pelo Senado de Lisboa ou pela Casa Real.

Nestas corridas, depois de umas cortesias demoradas e exuberantes, eram lidados cerca de 20 touros que eram mortos à lança pelos cavaleiros, que eram auxiliados pelos capinhas (os atuais peões de brega). Mais tarde, a partir do século XVI, passou a usar-se o rojão, em vez da lança, para matar os touros. A partir do século XVII, os forcados começam, progressivamente, a participar no espetáculo (a primeira referência escrita data de 1661) e, desde o século XVIII intervinham, também, por vezes, os matadores, que matavam os touros a pé.

A grande popularidade atingida por estes festejos abriu as portas à sua exploração comercial. Depois da Praça da Junqueira, em Belém, inaugurada em 1738 (a primeira em formato circular), inaugura-se a Praça de Touros do Salitre, em 1790, financiada por um grupo de aficionados, com a presença do futuro rei D. João VI.

Desde a sua origem, que o toureio era somente praticado a cavalo, sendo que até ao século XVIII, não existiam diferenças entre as lides em Portugal e Espanha. A partir dessa época, em Portugal, continuou a predominar o toureio a cavalo, sendo que a atividade era praticada geralmente por profissionais, normalmente de origem popular, quer por fidalgos, geralmente com o estatuto de amadores, surgindo de forma mais vinculada a figura do Forcado. Por seu lado em Espanha, devido a motivações políticas e sociais, o toureio a cavalo perdeu relevância, surgindo com forte expressão os matadores de touros, que hoje predominam na tauromaquia espanhola.

Por iniciativa do "rei toureiro" D. Miguel, grande aficionado, foi inaugurada a 3 de julho de 1831, a praça de touros do Campo de Sant'Anna, que foi durante sessenta anos a praça da capital.

As corridas de touros estiveram proibidas entre 1836 e 1837, por ação do primeiro-ministro Passos Manoel, mas, o descontentamento popular perante este facto, levou a que, passados nove meses, a proibição fosse revogada. A partir desta data deixam de se matar os touros na arena, apesar de não ter existido nenhuma proibição legal para tal. Devido a esta situação, os touros passaram a ser lidados mais de uma vez, a que se chamou de "Touro Corrido".

Encerrada a praça de touros do Campo de Sant'Anna, por esta deixar de reunir condições de segurança (em 1889), deu-se início à construção da Praça de Touros do Campo Pequeno, propriedade da Real Casa Pia de Lisboa, que viria a ser inaugurada a 18 de agosto de 1892.

Ao longo da História do Toureio, muitas têm sido as rivalidades entre artistas que marcam profundamente várias épocas. O ambiente tauromáquico da transição do século XIX para o século XX é dominado pela competição entre os cavaleiros Manuel Casimiro de Almeida e Fernando de Oliveira, que viria a falecer no Campo Pequeno, a 12 de maio de 1904, colhido pelo touro "Ferrador", da ganadaria do Marques de Castelo Melhor. Acrescente-se ainda o cavaleiro Victorino de Avelar Froes que se destaca nesta época, não só pelas suas capacidades artísticas e equestres, mas também por ser um dos precursores da reposição do touro puro (lidado apenas uma vez), iniciando um processo de transformação, que vai marcar o toureio a cavalo do século XX.

Em 1915, António Gomes de Abreu funda o Grupo de Forcados Amadores de Santarém, o precursor do modelo amador de forcados que hoje existe, sendo o grupo escalabitano o mais antigo grupo de amadores, com atividade ininterrupta.

João Branco Núncio (1901-1976) e Simão da Veiga Jr. (1903-1958), protagonizam a chamada "Idade de Ouro do toureio a cavalo". Núncio revoluciona o toureio a cavalo, impondo o touro puro (lidado uma só vez), acabando com o touro corrido (lidado várias vezes). Esta alteração permitiu que o toureio equestre se emancipasse definitivamente como Arte.

Na temporada de 1927 realizam-se legalmente, no Campo Pequeno, quatro corridas de touros de morte. Estas corridas tiveram fins de beneficência, correspondendo ao objetivo de restaurar a lide integral em Portugal. Apesar desta tentativa, em 1928, veio a proibição legal dos touros de morte.

Em 1933, apesar da proibição legal, continua a lutar-se pela autorização das corridas integrais, tendo o Governo permitido a realização de quatro corridas com touros de morte, criando uma Comissão para opinar sobre esse tema.

Depois de muitas gerações de capinhas (bandarilheiros) portugueses famosos, que lidavam touros a pé, Portugal ainda não tinha nenhum matador de alternativa. O primeiro português a apresentar-se em Espanha, a tourear reses bravas, na categoria de novilheiro, foi Augusto Gomes Júnior (13 junho 1946 - Pamplona). Contudo, o primeiro português a tomar alternativa de matador de touros foi Diamantino Vizeu (23 março 1947 - Barcelona), abrindo a porta a um novo capítulo da história da Tauromaquia Portuguesa, onde se destacam Manuel dos Santos (15 Agosto 1948 - Sevilha), Francisco Mendes (10 Agosto 1954 – Málaga), Armando Soares (30 Setembro 1962 – Sevilha), Amadeu dos Anjos (13 Setembro 1963 – Salamanca).

Manuel dos Santos foi um matador de projeção mundial, tendo sido aquele que mais toureou, em todo o Mundo, na temporada de 1950, com um total de 93 corridas. Foi empresário do Campo Pequeno, tendo promovido várias inovações na área da gestão, que se mantêm até aos dias de hoje, como as Corridas TV, os Bilhetes com desconto, as garraíadas estudantis e as Corridas de Calendário, com destaque para as célebres "Fabulosas Corridas de Verão".

No capítulo equestre uma nova era iniciou-se com José Mestre Batista que tomou a Alternativa a 15 de setembro de 1958, na Moita do Ribatejo, depois de ter sido reprovado na prova que prestara, no Campo Pequeno, a 15 de julho do mesmo ano. É o único caso, na história da tauromaquia, de um cavaleiro reprovado na Alternativa. Apesar deste facto histórico, o seu estilo revolucionou a arte de tourear a cavalo. Marcou uma época, sendo condecorado a título póstumo pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, com a Ordem do Infante D. Henrique.

O modo como se toureia atualmente é muito influenciado por João Moura, que é considerado um génio do toureio e o cavaleiro que mais modificou a arte de tourear nas últimas décadas, sendo dos mais célebres cavaleiros da história da Tauromaquia. O seu estilo caracteriza-se pela ligação entre o cavalo e o touro, funcionando o cavalo como se fosse o capote de um matador.

A geração de cavaleiros portugueses do último quartel do século XX e início do século XXI constitui um dos naipes mais valorosos da história da tauromaquia, pela quantidade e pela qualidade. Para além do já aludido João Moura, Emídio Pinto, Joaquim Bastinhas, Paulo Caetano, João Palha Ribeiro Telles, António Ribeiro Telles, Rui Salvador, João Salgueiro e Luís Rouxinol influenciaram, profundamente, a evolução do toureio a cavalo em Portugal e Espanha e, atualmente, são os filhos de vários deles, também cavaleiros, que asseguram a continuidade dos seus feitos nas arenas.

No que se refere ao toureio a pé, estes anos ficam marcados pela projeção internacional do matador português Vítor Mendes, que durante muitas temporadas se manteve no topo, e do fenómeno "Pedrito de Portugal", um verdadeiro caso mediático, que enquanto novilheiro arrastou atrás de si a *afición* portuguesa, mas cujo percurso como matador não conseguiu manter esse impacto.

Concluindo, o toureio equestre português é baseado em evoluções de alta escola. A partir do século XVIII, ao passar a usar-se a bandarilha, este ganhou formas cada vez mais artísticas, sendo atualmente uma arte performativa consumada.

A corrida à portuguesa resulta de séculos de transformações, sendo na atualidade o reflexo de mais de 800 anos da história de Portugal, uma joia valiosíssima do património cultural português, encontrando-se difundida um pouco por todo o país.

A tauromaquia não se resume às corridas de touros, sendo estas atualmente consideradas a “tauromaquia formal”, na qual são lidadas reses bravas, em recintos fixos ou ambulantes e a eles especialmente destinados, encontrando-se regulamentada por decreto regulamentar específico e sobre a alçada da Inspeção-Geral das Atividades Económicas e do Ministério da Cultura, contendo ainda a denominada “tauromaquia popular”.

As tauromaquias populares são manifestações taurinas, diferentes das touradas em praça, onde também se lidam ou enfrentam touros, sendo exemplos disso, as largadas de touros, a vaca das cordas, capeia arraiana ou touradas à corda. A título de exemplo, encontra-se regulamentado, por diploma próprio e sobre égide das Câmaras Municipais da “capeia arraiana” na zona raiana da Beira Alta, do “touro à corda” nos Açores, da “vaca das cordas” em Ponte de Lima, das “esperas de touros” na região do Ribatejo e Vale do Tejo e da “chega de bois” em Trás-os-Montes.

CAPÍTULO II

4. METODOLOGIA E OBJETIVOS

A metodologia consiste no conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento de uma forma sistemática. Na presente dissertação a opção metodológica utilizada é a qualitativa, que “consiste na descrição de modos ou de tendências e visa fornecer uma descrição e uma compreensão alargada de um fenómeno” Fortin (2009, p. 27). Por outras palavras, podemos definir a metodologia qualitativa como descritiva, uma vez que procura descrever um processo, analisando os dados de forma indutiva.

Deste modo, de forma a darmos continuidade ao processo, temos de definir o objetivo de trabalho, o qual segundo Parse (1996), passa por considerar os diferentes aspetos do fenómeno do ponto de vista dos participantes, de maneira a poder, de seguida, interpretar este mesmo fenómeno no seu meio.

A recolha de dados “poderá revestir a forma de entrevista, observação, documentos impressos e as notas de campo” (Deslauriers e Kérisit, 1997, p. 441). Na presente dissertação a recolha de dados centrou-se na revisão bibliográfica de monografias, revistas e sites da especialidade.

As fontes de recolha de informação para a elaboração da presente dissertação foram as legislações associadas ao setor taurino, com especial enfoque no Decreto Regulamentar 89/2014, e as referências bibliográficas, que permitiram não só adquirir conhecimento como fundamentar de forma direta as preposições elaboradas, bem como a consulta de dados estatísticos e financeiros junto dos organismos oficiais (p.e. INE, B. Portugal, IGAC, entre outros).

A análise dos dados foi definida por Bardin (1997) como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, das mensagens, indicadores, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção destas mensagens.

“Procura-se examinar e interpretar os dados à que medida que ocorre a sua recolha, visando uma compreensão global e alargada do fenómeno em estudo” (Deslauriers e Grove, 1997, p. 411).

Na análise de dados, são interpretados os dados obtidos através das fontes das recolhas de informação, procurando descrever os fenómenos em análise e construindo relações entre os dados obtidos, sendo esta a fase do tratamento dos dados.

A presente dissertação tem como objetivo geral, procurar estabelecer a relação entre o desenvolvimento regional e cultural com a tauromaquia, em Portugal Continental.

Para alcançar o objetivo, foram alvo de estudo o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), o qual a partir da análise dos seus indicadores nos permitirá quantificar o desenvolvimento regional em Portugal Continental, as empresas do setor tauromáquico, representadas pelo Código de Atividade Económica (CAE) principal 93291 - Atividades tauromáquicas, e que permitirão conhecer o setor, a nível estrutural, demográfico e económico/financeiro. Adicionalmente foi objeto de estudo a tauromaquia no seu todo, através da criação de um Índice de Atividade Tauromáquica (IAT), onde se analisará o número de espetáculos realizados no ano de 2018, ao nível da tauromaquia formal, tauromaquia popular, bem como dos intervenientes da mesma, cavaleiros, matadores, grupos de forcados e ganadarias, ativos no referido ano.

De modo a detalhar o objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos:

1. Analisar o setor tauromáquico ao nível empresarial, onde se estudará a estrutura e demografia das empresas, assim como o seu peso ao nível de criação de riqueza e de emprego. Procura-se ainda perceber o estado económico/financeiro das empresas organizadoras de eventos tauromáquicos, com ênfase nas possuidoras do CAE atividades tauromáquicas.
2. Construir um IAT, que procura determinar a densidade tauromáquica em Portugal Continental, a partir de uma adaptação do índice elaborado por Pereira (2010), e assim analisar as regiões onde existe predominância de atividade tauromáquica e onde esta é mais reduzida. É possível ainda analisar qual o tipo de tauromaquia mais dominante em cada uma das regiões.
3. Testar a hipótese que, na amostra de regiões selecionadas, a tauromaquia contribui para o desenvolvimento regional, recorrendo-se para tal, à análise do ISDR e o IAT.

5. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

5.1. APRESENTAÇÃO DO ISDR

O paradigma da quantificação do desenvolvimento regional tem assumido vários métodos e abordagens, pelo que podemos encontrar diversas formas de analisar esta problemática.

O uso de indicadores compósitos, ou simplesmente, índices, é uma das principais formas de realizar este trabalho, existindo uma proliferação de indicadores compósitos de desenvolvimento, os quais conseguem, de forma mais direta captar as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento, permitindo uma avaliação mais rigorosa desse fenómeno (Bandura 2008; Saisana 2008; Soares e Quitella, 2008).

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) trata-se de um indicador estatístico produzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que tem como objetivo a medição quantitativa das assimetrias regionais. Desta forma, considera o INE (2020), procura-se medir o desenvolvimento de cada região, abrangendo as suas várias dimensões, apoiar decisões políticas futuras e, por último, servir de base para futuros estudos ou investigações visando o seu aperfeiçoamento.

O indicador teve a sua primeira edição em 2006, cujos dados eram referentes a 2004, com o estudo a ser realizado de dois em dois anos, sendo os últimos dados conhecidos referentes ao ano de 2018 (INE, 2020). O âmbito de análise é o país Portugal, sendo que a unidade estatística observada corresponde à sub-região NUTS III³, através de recolha dos dados indireta. As variáveis que integram a construção do ISDR provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional, sustentando a aproximação quantitativa a cada um dos conceitos que presidem à construção do índice - competitividade, coesão e qualidade ambiental.

O ISDR tem vindo a mostrar-se bastante relevante como fonte secundária para estudos regionais nas diferentes ciências sociais como Economia, Geografia, Sociologia, pois, para além dos resultados das regiões, a publicação analisa as correlações positivas e

³ NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos. Assim, atualmente, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I. (in: Pordata)

negativas entre as diversas componentes que integram o ISDR, permitindo ao investigador avançar com considerações teóricas sustentadas.

O ISDR é também útil para os investigadores que estudam as questões da Coesão (económica, social e territorial), pois, na inexistência de um Índice Sintético de Coesão de cariz oficial e, apesar do ISDR ser um índice de desenvolvimento territorial, o mesmo pode servir para medir a Coesão, uma vez que apresenta pressupostos teóricos e indicadores que assentam nesse conceito.

O ISDR procura medir o desempenho de diferentes regiões nacionais ao nível das NUTS II e NUTS III, abrangendo três dimensões: a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental. Cada dimensão funciona como um índice que tem como função agregar diferentes indicadores, para no final o ISDR funcionar como um agregador destes índices.

A dimensão competitividade tenta medir uma região através da capacidade de financiamento, da existência ou não de recursos humanos qualificados, da aptidão de atrair novos visitantes, da capacidade de concorrer com outras regiões e, por último, da qualidade de vida da região. Este índice pretende captar o potencial (em termos de recursos humanos e de infraestruturas físicas) de cada região em termos de competitividade, assim como o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, ainda, a eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

A dimensão coesão no ISDR está relacionada com as questões de acesso/qualidade e distribuição, e, sendo assim, atende a indicadores que meçam a distribuição dos rendimentos, a exclusão ou a integração social e as acessibilidades ou oportunidades de acesso a serviços, a equipamentos e a infraestruturas e redução das disparidades. O índice de coesão procura ainda refletir o acesso potencial da população a equipamentos e serviços coletivos básicos (saúde, educação, cultura), bem como perfis associados a uma maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais.

Relativamente à última dimensão do ISDR, a qualidade ambiental, são analisadas questões relacionadas com o ambiente, nomeadamente, a qualidade do mesmo, os níveis de poluição e a mitigação dos impactos negativos no ambiente, levados a cabo por cada

região. A qualidade ambiental está ainda associada às pressões exercidas sobre o meio ambiente e território, mas também aos respetivos efeitos sobre o estado ambiental (qualidade da água, do ar e utilização eficiente de energia) e às respostas em termos de comportamentos individuais e de implementação de políticas públicas.

O ISDR utiliza a nível metodológico, indicadores de base, que após a sua normalização e reescalonamento, são agregados dando origem a índices parciais (Anexo I). Estes vários índices parciais são, em termos metodológicos, um passo intermédio para a construção do índice global, sendo que os ponderadores foram definidos a priori.

Na escolha dos ponderadores a serem utilizados na agregação pode ser adotado um de dois métodos: agregação com ponderadores iguais para todos os indicadores ou agregação com ponderadores diferenciados com os quais se associa a cada indicador a importância conferida à respetiva dimensão do desenvolvimento regional. Independentemente do método escolhido, os ponderadores têm a propriedade de tornar explícitos os objetivos inerentes à construção do índice sintético, através da relevância atribuída a cada um dos indicadores que o compõem.

No caso do ISDR, o INE (2009) atendeu aos seguintes procedimentos: cada componente foi obtida por agregação, através de média simples, dos respetivos indicadores; para obtenção do índice global, foi utilizada a média simples das componentes significando, por isso, que os resultados refletem uma visão tripartida do desenvolvimento regional, em que competitividade, coesão e qualidade ambiental assumem a mesma importância. A metodologia definida pelo ISDR não contempla, por opção, a utilização de análise multivariada, nem a auscultação de especialistas na análise dos fenómenos estudados, em que os ponderadores são obtidos por recurso a técnicas estatísticas associadas a este tipo de análise ou definidos por esses grupos de trabalho, respetivamente.

5.2. ISDR EM PORTUGAL

Na sequência da apresentação do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), segue-se a apreciação dos valores obtidos no ano de 2018 por NUTS III.

A figura 1 demonstra a classificação agregada do ISDR para as 25 sub-regiões NUTS III de Portugal, que consagra as subdivisões competitividade, coesão e qualidade ambiental.

#	Região	Geral	Competitividade	Coesão	Qual. Ambiental
1	Área Metropolitana de Lisboa	Acima da Média	Acima da Média	Acima da Média	Dentro da Média
2	Área Metropolitana do Porto	Acima da Média	Acima da Média	Acima da Média	Acima da Média
3	Cávado	Acima da Média	Dentro da Média	Acima da Média	Acima da Média
4	Região Aveiro	Acima da Média	Acima da Média	Acima da Média	Abaixo da Média
5	Alto Minho	Dentro da Média	Dentro da Média	Dentro da Média	Acima da Média
6	Ave	Dentro da Média	Dentro da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
7	Alentejo Central	Dentro da Média	Abaixo da Média	Acima da Média	Acima da Média
8	Região de Leiria	Dentro da Média	Dentro da Média	Acima da Média	Dentro da Média
9	Região de Coimbra	Dentro da Média	Abaixo da Média	Acima da Média	Abaixo da Média
10	Terras de Trás-os-Montes	Dentro da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
11	Oeste	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Dentro da Média	Abaixo da Média
12	Alentejo Litoral	Abaixo da Média	Dentro da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média
13	Lezíria do Tejo	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
14	Região Autónoma da Madeira	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
15	Beiras e Serra da Estrela	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
16	Alto Alentejo	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
17	Algarve	Abaixo da Média	Dentro da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média
18	Viseu, Dão e Lafões	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Dentro da Média	Dentro da Média
19	Baixo Alentejo	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
20	Beira Baixa	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
21	Médio Tejo	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Dentro da Média	Abaixo da Média
22	Tâmega e Sousa	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
23	Alto Tâmega	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Dentro da Média
24	Douro	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média
25	Região Autónoma dos Açores	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média

Figura 1 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2018 (Autoria Própria)

Como se pode observar na figura1, os resultados de 2018, os últimos disponibilizados, revelam que quatro das 25 sub-regiões NUTS III superavam a média nacional – as áreas metropolitanas de Lisboa (106,59) e do Porto (102,66), o Cávado (101,70) e a Região de Aveiro (100,84).

Numa análise desagregada pelas componentes do ISDR anteriormente referidas, os dados de 2018 indicam que as sub-regiões com um índice de competitividade mais elevado se concentram no Litoral do Continente. A Área Metropolitana de Lisboa (113,50) apresentava o índice mais elevado destacando-se das restantes sub-regiões com valores superiores à média nacional, a Área Metropolitana do Porto (105,98) e a Região de Aveiro (105,03). De uma forma geral, o Interior continental e as regiões autónomas apresentavam um índice de competitividade mais reduzido em comparação com o Litoral continental.

Entre as três dimensões do desenvolvimento regional, o índice de competitividade nas NUTS III portuguesas apresentava a maior disparidade regional, aferido pelo facto de existirem 16 regiões abaixo da média nacional, 6 regiões dentro média e somente 3, como já referido, acima da média nacional.

No índice de coesão os resultados refletem um retrato territorial mais equilibrado que o observado para a competitividade, na medida em que sete sub-regiões superavam a média nacional, destacando-se, a Área Metropolitana de Lisboa (107,15), com o índice de coesão mais elevado mas também, no Litoral Norte, o Cávado (105,43) e a Área Metropolitana do Porto (101,53), no Litoral centro, a Região de Coimbra (106,62) e, mais a sul, o Alentejo Central (101,28).

As duas regiões autónomas, o território da região Norte, constituído pelo Tâmega e Sousa e pelo Douro e, a sul, o Baixo Alentejo apresentavam os índices de coesão mais baixos. Neste ponto registam-se 14 regiões abaixo da média nacional, 4 regiões dentro da média nacional e 7 regiões acima da média nacional.

Relativamente ao indicador qualidade ambiental, os resultados de 2018 refletem uma imagem territorial tendencialmente simétrica à da competitividade, verificando-se uma concentração de sub-regiões com índices de qualidade ambiental mais elevados no Interior continental e nas regiões autónomas, com o padrão territorial dos resultados desta dimensão a sugerir um aumento progressivo da qualidade ambiental do Litoral para o Interior continental.

Terra de Trás-os-Montes (112,18) era, em 2018, a NUTS III com melhor desempenho no índice de qualidade ambiental, com a média nacional nesta dimensão a ser superada por 16 NUTS III, verificando-se uma disparidade territorial menor que a observada nas restantes dimensões. Neste capítulo registam-se ainda 4 regiões com valor dentro da média nacional e 6 regiões com valores abaixo da média nacional. É importante ainda destacar que neste indicador com valores abaixo e dentro da média nacional encontram-se seis das 10 NUTS III mais competitivas, sendo elas a Região de Aveiro, Região de Leiria, Oeste, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo Litoral e Algarve.

Em 2018, a Área Metropolitana do Porto era a única sub-região com um desempenho acima da média nacional nos quatro indicadores compósitos. A Área Metropolitana de Lisboa, a Região de Aveiro e o Cávado também se situavam acima da média nacional no ISDR, partilhando a característica de estarem aquém daquele referencial em, pelo menos, um dos três índices parciais: a Área Metropolitana de Lisboa e a Região de Aveiro não superavam a média nacional na qualidade ambiental; o Cávado não atingia a média nacional na competitividade .

No extremo oposto, com desempenhos abaixo ou dentro da média nacional nos quatro índices, encontravam-se as NUTS III Alentejo Litoral, Algarve, Médio Tejo, Oeste e Viseu Dão-Lafões.

5.3. ANÁLISE DO ISDR NAS REGIÕES ALENTEJO CENTRAL, ALGARVE, AML E LEZÍRIA DO TEJO

Em seguida, iremos realizar uma caracterização mais aprofundada das regiões NUTS III Algarve, Alentejo Central, Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Lezíria do Tejo face ao ISDR. Estas quatro regiões foram selecionadas, como referido no capítulo introdutório da presente dissertação, tendo por base o seu desempenho ao nível de desenvolvimento regional e da presença da tauromaquia nas regiões.

A caracterização do nível de desenvolvimento de cada região em análise inicia-se por uma apresentação geográfica e demográfica genérica, partindo em seguida para a análise do ISDR e seus principais componentes, competitividade, coesão e qualidade ambiental, complementada com a análise de cinco indicadores base do ISDR nos quais é possível analisar questões mais específicas relacionadas com o desenvolvimento regional e cultural. Para o efeito, recorreremos aos dados sobre o ISDR anteriormente apresentado, sintetizados na figura 2, a que se juntam os seguintes indicadores extraídos do portal PORDATA e cujos dados se encontram compilados na figura 3: população residente, superfície, densidade populacional, população em idade ativa, sessões de espetáculos ao vivo, despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto, ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e desempregados inscritos nos centros de emprego tendo por base a população residente.

Região	Geral	Competitividade	Coesão	Qual. Ambiental
Alentejo Central	Dentro da Média	Abaixo da Média	Acima da Média	Acima da Média
Algarve	Abaixo da Média	Dentro da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média
Área Metropolitana de Lisboa	Acima da Média	Acima da Média	Acima da Média	Dentro da Média
Lezíria do Tejo	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Acima da Média

Figura 2 - Resumo da classificação das quatro regiões em análise segundo o ISDR (Autoria Própria)

	Alentejo Central	Algarve	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Portugal
População residente	153701	439241	2 840 006	238 017	10 283 822
Superfície (km ²)	7393,5	4996,8	3015,2	4275	92225,6
Densidade populacional	20,8	87,9	941,9	55,7	111,5
População em idade ativa (%)	61,70%	63,50%	62,40%	62,90%	64,60%
Sessões de espetáculos ao vivo	579	1342	13174	650	36620
Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto (%)	12,40%	11,00%	7,00%	10,10%	10,10%
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€)	1 021,00 €	999,00 €	1 440,00 €	1 016,00 €	1 167,00 €
Desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente	5,00%	5,00%	5,00%	4,00%	5,00%

Figura 3 - Indicadores complementares ao ISDR para as regiões em análise (Dados 2018), (Autoria Própria)

O Alentejo Central é uma sub-região estatística portuguesa (NUTS III), parte da Região Alentejo (NUTS II), que corresponde por completo ao distrito de Évora.

Limita a norte com a Lezíria do Tejo e com o Alto Alentejo, a leste com a Espanha, a sul com o Baixo Alentejo e com o Alentejo Litoral e a Oeste com a Área Metropolitana de Lisboa, sendo composta pelos concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

Como se pode observar na figura 3, a região apresenta uma área de 7.393,5 km² e uma população estimada em 153.701 habitantes (Pordata, 2018), correspondendo a uma densidade populacional de 20,8 hab./km².

Por sua vez, segundo a figura 2, a região Alentejo Central está dentro da média nacional no ISDR, apresentando o 7º melhor ISDR no ano de 2018, com um valor entre 96,3 e 98,7, sendo que 100 representa a média de Portugal.

O seu principal componente é a coesão, que apresenta um valor superior à média nacional, mas também a componente ambiental se encontra acima da média ambiental algo que é transversal às sub-regiões do interior. A componente competitividade encontra-se abaixo da média nacional, sendo este facto igualmente transversal a todo o interior do território.

A figura 3 mostra ainda que a região apresenta uma população ativa de 61,70%, o que representa o valor mais baixo das regiões aqui em análise e com um valor aproximadamente três pontos percentuais abaixo da média nacional; dentro desta população, verifica-se que o rendimento médio mensal daqueles que trabalham por conta de outrem é de 1.021,00€, valor que se encontra abaixo da média nacional, sendo que nas

regiões em análise é o segundo mais elevado. A população residente ativa inscrita nos centros de emprego, no ano de 2018, era de 5%, valor correspondente à média nacional.

Ao nível dos espetáculos ao vivo, onde se incluem as corridas de touros, foram realizados 579, o valor mais baixo verificado entre as regiões em análise, contudo o apoio das Câmaras Municipais da região Alentejo Central à cultura e desporto é em média de 12,40%, valor superior à média nacional em dois pontos percentuais e o mais alto entre as regiões apresentadas.

O Algarve é uma região NUTS II e sub-região NUTS III, que coincide com o distrito de Faro. Limitado a norte pela região Baixo Alentejo, a este por Espanha, a oeste e sul pelo Oceano Atlântico, o Algarve é composto pelos concelhos de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

A figura 3 revela que a região apresenta uma área de 4.996,8 km² e uma população permanente de 439.241 habitantes (Pordata, 2018), o que representa uma densidade populacional de 87,9 hab./km².

Em termos do ISDR (figura 2), no ano de 2018 verificamos que a região ao nível da competitividade se encontra posicionada dentro da média nacional, muito por influência do turismo que se apresenta como a principal atividade da região. Ao nível de coesão e de qualidade ambiental a região encontra-se abaixo da média, sendo que na classificação geral do ISDR está abaixo da média nacional, ocupando a 17^a posição e apresentando o valor mais baixo entre as regiões aqui analisadas.

Como se constata na figura 3, o Algarve apresenta a percentagem mais elevada de população em idade ativa, entre as regiões em análise com 63,50%, contudo ainda abaixo dos 64,60% de Portugal. Apesar desta maior percentagem de população ativa, o salário médio dos trabalhadores por conta de outrem é o mais baixo das regiões em análise cifrando-se nos 999,00€ e o desemprego por população residente inscrita nos centros de emprego é de 5%, tal como observado na região Alentejo Central e média nacional.

Ao nível das sessões de espetáculos ao vivo registam-se 1.342, numa região em que as autarquias investem em média 11,00% em cultura e desporto, valor superior à média nacional.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML), é uma região NUTS II e sub-região NUTS III, que alberga a parte sul do distrito de Lisboa e parte norte do distrito de Setúbal, sendo composta pelos municípios de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira, pertencentes ao distrito de Lisboa, e Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, pertencentes ao distrito de Setúbal. A AML é desta forma limitada a norte pela sub-região Oeste, a nordeste com a Lezíria do Tejo, a leste com o Alentejo Central e a Sul com o Alentejo Litoral.

A AML conta com 3.015,2 km², uma população de 2.840.006 habitantes (Pordata, 2018), o que representa uma densidade populacional de 941,9 hab./km² (figura 3).

Representa a região com ISDR mais elevado, liderando a tabela no que concerne à competitividade e à coesão, algo que é justificado por deter muitos dos grandes polos industriais e de serviços do país, sendo um importante ponto turístico nacional e aglomerando 29% da população portuguesa. O indicador de qualidade ambiental é o mais baixo da região, ainda assim encontrando-se dentro da média nacional (figura 2).

A AML apresenta uma percentagem de 62,40% da população em condição ativa, apresentando o valor mais elevado de ganho médio mensal de trabalhadores por conta de outrem entre as regiões em análise num valor de 1.440,00€, sendo a única das regiões aqui apresentadas que supera a média nacional que se situa nos 1.167,00€ (figura 3).

A região apresenta, segundo a figura 3, 5% da população residente inscrita nos centros de emprego, valor igual às regiões Alentejo Central e Algarve e condizente com a média nacional. Ao nível do investimento médio das Câmaras Municipais em cultura e desporto situa-se nos 7%, o mais baixo, entre as apresentadas e aproximadamente três pontos percentuais abaixo da média nacional, numa região que apresentou no ano de 2018, 13.174 sessões de espetáculos ao vivo, que representa 36% dos espetáculos realizados em Portugal.

Por último, a Lezíria do Tejo é uma sub-região NUTS III, parte NUTS II do Alentejo, sendo composta pelos municípios do distrito de Santarém e de Lisboa, designadamente, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém. Limita a norte com a Região de Leiria e com o

Médio Tejo, a leste com o Alto Alentejo, a sudeste com o Alentejo Central, a sudoeste com a Área Metropolitana de Lisboa e a ocidente com o Oeste.

De acordo com a figura 3, esta região tem uma área de 4.275 km² e uma população estimada em 238.017 habitantes (Pordata, 2018), representando uma densidade populacional de 55,7 hab./km².

A região é a 13^a colocada no ranking do ISDR, encontrando-se abaixo da média (figura 2). O seu principal indicador é a qualidade ambiental a qual se encontra acima da média nacional. Contudo os indicadores competitividade, que apresenta valor mais baixo e o indicador coesão encontram-se abaixo da média nacional.

A região Lezíria do Tejo, apresenta uma população ativa de 62,90%, a segunda mais elevada entre as regiões estudadas, contudo tal como as anteriores abaixo da média nacional (figura 3). O vencimento médio de trabalhadores por conta de outrem situa-se nos 1.016,00€, numa região que é aquela que apresenta o valor mais baixo de desempregados inscritos em centros de emprego, com 4%, abaixo da média nacional.

No ano de 2018, foram realizadas na região 650 sessões de espetáculos ao vivo, sendo que a despesa média das Câmaras Municipais para a cultura e desporto se situa em 10,10%, valor idêntico à média nacional (figura 3).

CAPÍTULO III

6. SETOR TAUROMÁQUICO

6.1. CADEIA DE VALOR DO SETOR TAUROMÁQUICO

O presente estudo centra-se nas implicações da tauromaquia no desenvolvimento regional em Portugal, sendo assim, necessário definir a abrangência deste setor e conhecer a caracterização das empresas que organizam eventos tauromáquicos. Para o efeito, foram utilizados os dados referentes ao ano de 2018, o último ano onde foi possível a colheita integral de todos os dados.

Começando pela apresentação do setor tauromáquico, conforme a proposta enviada pela Associação Protoiro à Assembleia da República Portuguesa para o recomeço das atividades taurinas após a pandemia COVID-19, a cadeia de valor direto e indireto gerada pela tauromaquia assenta em cinco grandes grupos, como se pode observar na figura 4: a criação animal; a produção de bens para corridas; o transporte animal; o tratamento e abate animal; e os espetáculos (Protoiro, 2020).



Figura 4 - Cadeia de valor direto e indireto da Tauromaquia (Protoiro, 2020)

A criação animal, tem como principais vertentes a criação e comercialização de touros e cavalos de toureio, alimentação animal, veterinários e os seguros, este último que se encontram presentes ao longo de toda a cadeia de valor.

Após a criação animal, segue-se o tratamento e abate animal, onde se incluem os serviços de tratamentos do touro após as corridas de touros, o abate dos touros através de matadouros, que resultarão na venda de carne para consumo e os seus derivados que poderão ser utilizados em outras áreas como a cosmética, artesanato e gastronomia.

Relacionado com a criação animal e o tratamento e abate animal, surge o transporte animal, que devido às suas especificidades, obrigam a veículos especiais para o cómodo transporte de touros, cavalos e cabrestos. Este transporte poderá ocorrer no momento de deslocação para a praça de touros, o regresso ao campo ou o transporte para o matadouro. Além do transporte animal, poderemos ainda referir o transporte associado às praças de touros desmontáveis.

Na produção de bens para corridas, podemos encontrar a venda de trajes, através de alfaiates e costureiras, manutenção de trajes, venda de instrumentos de toureio e venda de equipamentos equestres.

Por fim, o grupo de espetáculos, que inclui a bilhética, restauração no pré e pós corrida de touros, a contratação de artistas tauromáquicos, equipas médicas, artesãos que constroem as bandarilhas, as bandas filarmónicas, outros serviços diversos associados a eventos como a área do design e marketing na conceção dos cartazes, a publicidade, taxas e licenças, e os impostos associados à venda de bilhetes para as corridas de touros.

6.2. CARATERIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE CAE – ATIVIDADES TAUROMÁQUICAS

6.2.1. ESTRUTURA E DEMOGRAFIA

As empresas organizadoras de corridas de touros apresentam um Código de Atividade Económica (CAE) específico, o 93291 – Atividades tauromáquicas.

No ano de 2018, foram 54 entidades diferentes (Apêndice I) na organização de eventos tauromáquicos sob a égide da Inspeção Geral para as Atividades Culturais (IGAC) que, segundo o relatório da entidade, foram de 173, as quais foram agrupadas em Coletivas

(entidades com fins lucrativos), Associações (entidades sem fins lucrativos), Individuais (pessoas que a título individual organizaram eventos) e juntas de freguesia.

A maior incidência das organizações recai sobre entidades coletivas que representam 41% (22 em 54 entidades), e que organizaram 121 espetáculos, o que representa 70% dos espetáculos organizados. Em seguida surgem as associações, com 30% das entidades (16 em 54 entidades) e que tiveram a seu cargo a organização de 19 espetáculos, com um peso relativo de 11%. As organizações a título individual representam 18% (10 em 54 entidades) e tiveram a seu cargo 25 eventos, o que representa 14%; e, por fim, as juntas de freguesia, com 7% (4 em 54 entidades) e que levaram a efeito 5% dos eventos realizados, num total de 8.

As entidades coletivas representam a maior fatia das entidades organizadoras de eventos de tauromaquia formal, 22 entidades, as quais se encontram divididas por nove CAE's principais diferentes.

Na figura 5 verifica-se que as empresas com CAE de 93291 - Atividades tauromáquicas se encontram em maioria, representando 64% das entidades coletivas (14 em 22 entidades) e 26% do total de entidades organizadoras de eventos de tauromaquia formal no ano de 2018. Ainda dentro das entidades coletivas, as restantes 8 entidades encontram-se divididas por outros tantos CAE's, representando 4,5% cada.

CAE	Nº Empresas
46230 - Comércio por grosso de animais vivos	1
68100 - Compra e venda de bens imobiliários	1
01500 - Agricultura e produção animal combinadas	1
45190 - Comércio de outros veículos automóveis	1
46230 - Comércio por grosso de animais vivos	1
56305 - Estabelecimentos de bebidas com espaço de dança	1
60100 - Actividades de rádio	1
90010 - Actividades das artes do espectáculo	1
93291 - Actividades tauromáquicas	14
Total Geral	22

Figura 5 - Distribuição das empresas organizadoras por CAE (Autoria Própria)

Apesar da predominância das empresas com o CAE Atividades Tauromáquicas, quando consideramos o número de eventos organizados por entidades coletivas, verificamos que este domínio não é tão elevado como ao nível das empresas.

Segundo a figura 6, verificamos que a maioria dos eventos foram organizados por empresas com CAE principal 93291 – Atividades Tauromáquicas, representando 53% (64 em 121 eventos), seguido pelo CAE 56305 – Estabelecimentos de bebidas com espaço de dança que representou 21% (25 em 121 eventos) e o CAE 68100 – Compra e venda de bens imobiliários que representou 12% (14 em 121 eventos).

CAE	Nº Eventos
46230 - Comércio por grosso de animais vivos	3
68100 - Compra e venda de bens imobiliários	14
01500 - Agricultura e produção animal combinadas	2
45190 - Comércio de outros veículos automóveis	1
46230 - Comércio por grosso de animais vivos	7
56305 - Estabelecimentos de bebidas com espaço de dança	25
60100 - Actividades de rádio	1
90010 - Actividades das artes do espectáculo	4
93291 - Actividades tauromáquicas	64
Total Geral	121

Figura 6 - Distribuição do número de eventos por CAE dos organizadores (Autoria Própria)

É importante referir que devido à sazonalidade da tauromaquia formal, normalmente realizada entre 01 de fevereiro e 01 de novembro, cujo pico ocorre nos meses de julho, agosto e setembro, as entidades organizadoras não se dedicam em exclusivo à atividade tauromáquica. São os casos da Sociedade Campo Pequeno, que se dedica à organização de eventos culturais na sua generalidade, como concertos de música, e durante a temporada taurina leva a efeito corridas de touros, sendo que o seu CAE principal é 68100 - Compra e venda de bens imobiliários e da empresa Toiro das Sesmarias, que se dedica à exploração hoteleira e de espaços de dança, sendo, no entanto, a empresa que mais espetáculos tauromáquicos leva a efeito durante a temporada taurina. Considerem-se, ainda, a título de exemplo, o caso da Junta de Freguesia de Abiul, que anualmente organiza uma das mais famosas feiras taurinas do centro do país, com três a quatro festejos anuais, por ocasião das festas locais e de algumas Santas Casas da Misericórdia que um pouco por todo o país, além de serem proprietárias das praças de touros, são organizadoras de corridas de touros com o objetivo de financiarem a sua atividade.

Tendo presente o exposto, na caracterização do setor que agora se segue centrar-nos-emos apenas nas empresas que apresentam como CAE principal, o referente a 92391 - Atividades Tauromáquicas.

No ano de 2018, segundo dados do Banco de Portugal, o setor apresentou um volume de negócios, na ordem, dos 2.700.000€, ainda que, segundo dados da Protoiro, estima-se que a organização de corridas de touros gere cerca de 10.000.000€, por ano.

Como se pode observar na figura 7, tendo por base o período temporal de 2014 a 2018, verifica-se uma redução acentuada do volume de negócios das empresas que se dedicam a atividades tauromáquicas.

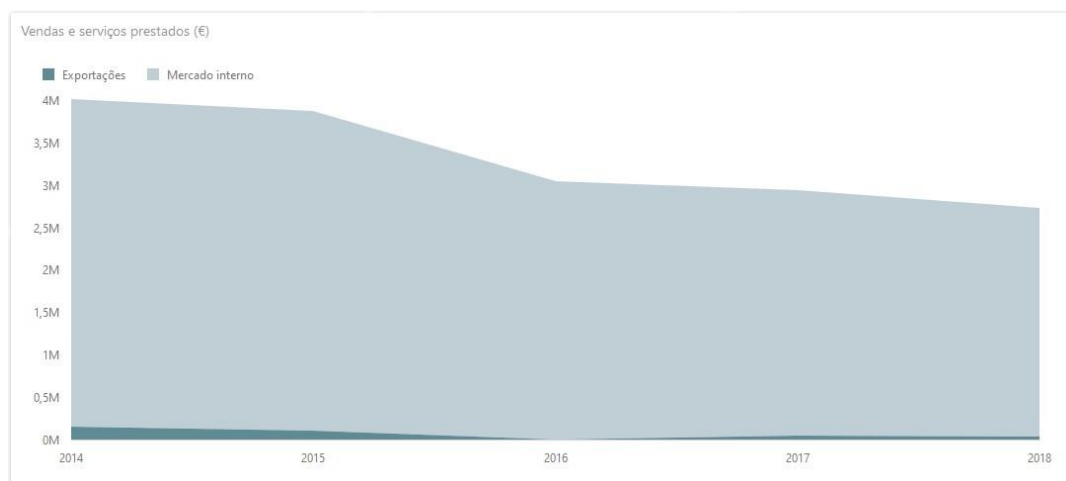


Figura 7 - Evolução das Vendas e Prestações de Serviços empresas com CAE Atividades Tauromáquicas 2014-2018 (INE)

No ano de 2014, as empresas registadas com o CAE Atividades Tauromáquicas registaram um volume de negócios na ordem dos 4.100.000€. No ano de 2015, face ao ano anterior, registou-se uma ligeira descida do volume de negócios, na ordem dos 200.000€, para o valor de 3.900.000€.

No ano de 2016 verificou-se uma nova queda relevante, dos 3.900.000€ para um valor a rondar os 3.000.000€, registando-se nova quebra no ano de 2017, esta ligeira e para os 2.900.000€. Por fim, no ano de 2018, assiste-se a uma nova quebra residual, na ordem dos 200.000€, para um valor de 2.700.000€.

Importante referir que, dos valores apresentados, apenas nos anos de 2014 e 2015 existiram prestações de serviços das empresas nacionais com o CAE Atividades Tauromáquicas fora do território português.

Os dados do decréscimo acentuado do volume de negócios associado a atividades tauromáquicas, no período de 2014 a 2018, foram acompanhados pelo decréscimo do número de corridas de touros organizadas. Segundo dados recolhidos através dos

relatórios anuais de atividade emitidos pelo IGAC relativos a Portugal Continental, as mesmas foram, em 2013, de 221, passando, no ano de 2018, para 173 corridas realizadas.

Apesar do decréscimo do número de espetáculos realizados, o número médio de espectadores nas corridas de touros tem vindo a crescer desde 2013.

Em 2018 registou-se um aumento significativo de 9,8% no total de espetadores nas praças de touros, com um total aproximado de 440 mil espetadores, registando-se igual subida na média de espetadores por corridas de touros, onde o número médio de espectadores por espetáculo foi, aproximadamente, de 2.190, representando um aumento próximo dos 10% em relação a 2017 e aproximando-se do segundo valor mais alto da década (em 2011, com 2.200).

Quando analisada a dimensão destas empresas, verificamos que todas elas são consideradas micro entidades, ou seja, não ultrapassam dois dos três limites seguintes: total do balanço 350.000€, volume de negócios líquido 700.000€ e/ou número médio de empregados durante o período inferior a 10.

Ao longo do período entre 2014 e 2018, verifica-se uma variação negativa do número de empresas existentes no setor, passando de 46 no ano de 2014, para 39 no ano de 2018. Neste período, o ano de 2014 foi aquele onde mais empresas se encontravam registadas, num total de 46. No final de 2015 este número baixou para 44 empresas existentes, valor que se manteve no ano de 2016. No final do ano de 2017 registou-se uma diminuição de quatro empresas existentes, perfazendo 40 empresas, terminando-se o período em análise com um défice de uma empresa, num total de 39 empresas existentes no ano de 2018 com o CAE Atividades Tauromáquicas.

Quanto à dispersão das empresas (figura 8), estas concentram-se sobretudo na região centro do país, com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) a registar a maior concentração deste tipo de entidades com 14 empresas o que corresponde a 35,90% do total das organizações em atividade. Segue-se a Lezíria do Tejo, com 8 empresas correspondente a 20,50% destas empresas e o Alentejo Central com 5 entidades correspondente a 12,50%.

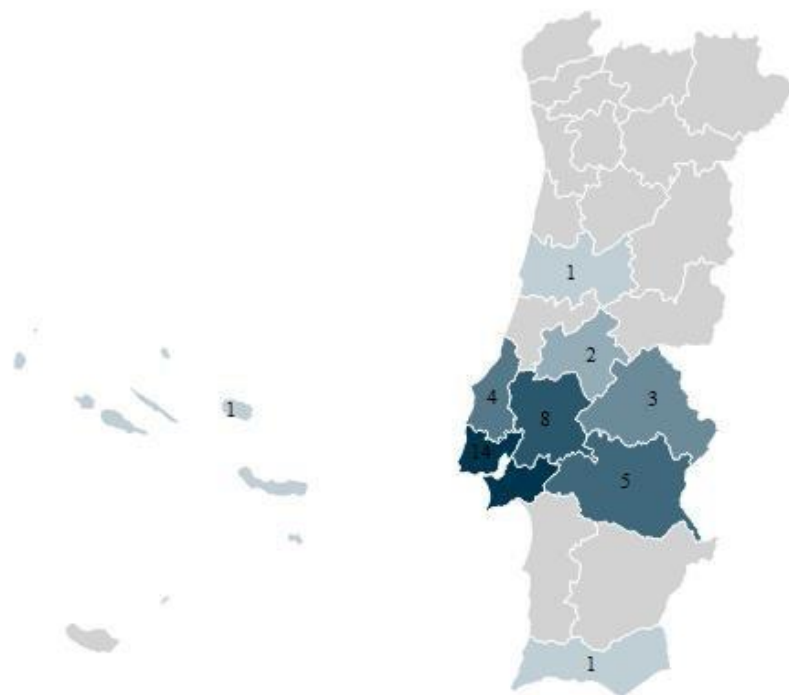


Figura 8 - Distribuição geográfica das empresas com CAE 93921 - Atividades Tauromáquicas (n.º empresas) (INE, 2020)

De forma geral, estamos perante empresas unipessoais, que apenas contam nos seus quadros com o gestor da empresa. Para a realização das corridas de touros é utilizada a figura da subcontratação, sendo que por corrida, segundo dados emitidos pela Protoiro, estima-se que sejam necessários cerca de 150 intervenientes, entre a bilheteira, emboladores, pessoal de controlo de entradas e saídas, entre outros (Protoiro, 2020).

É importante referir que apesar de no final do ano de 2018 existirem 39 empresas em atividade com o CAE de Atividades Tauromáquicas, conforme verificámos anteriormente somente 14 empresas organizaram eventos de tauromaquia formal, o que significa que 64% das empresas não apresentou atividade no seu CAE principal.

Perante estes primeiros dados apresentados podemos concluir que a contribuição das empresas com CAE específico de Atividades Tauromáquicas para a economia geral é fraca, uma vez que ao nível de volume de negócios as empresas portuguesas geraram no ano de 2018, segundo os dados do Banco de Portugal, aproximadamente 377.034 mil milhões de euros, sendo que o setor tauromáquico apenas contribuiu para este resultado com 0,000007% do valor.

Segundo o Banco de Portugal, o CAE de Atividades Tauromáquicas encontra-se incluído no grupo de “outras atividades de diversão e recreativas”, onde além da tauromaquia se encontram as atividades relacionadas com atividades dos portos de recreio, devido ao número reduzido de empresas existentes e o volume de negócios anual das mesmas. Contudo, é importante referir que estamos apenas a centrar no momento principal da cadeia de valor do setor tauromáquico, a corrida de touros, sendo que o emprego indireto criado por esta é difícil de quantificar.

6.2.2. INDICADORES ECONÓMICO/FINANCEIROS

- EBITDA

Após analisarmos a estrutura e a demografia das empresas do setor, segue-se a análise face à sua atividade e rentabilidade, tendo como ponto de partida a apreciação do volume de negócios que já fora realizada no ponto anterior.

O primeiro indicador é o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA), que procura demonstrar a capacidade para a empresa gerar lucro, considerando apenas as atividades operacionais, excluindo os investimentos financeiros, empréstimos, impostos, as amortizações e as depreciações. É por norma um indicador que ajuda na análise da evolução da produtividade e da eficiência da empresa, sendo importante para avaliar a capacidade de um projeto se tornar lucrativo.

Quando o resultado do EBITDA é positivo, o projeto será ao que tudo indica rentável, contudo é necessário a utilização de outros indicadores complementares para aferir a veracidade desta premissa. No caso de apresentar um valor negativo podemos desde logo concluir que o projeto não se encontra rentável.

Dependendo do setor de determinada empresa e do país onde atua, os impostos podem ser diferentes. Ao não considerar os impostos para o seu cálculo, o EBITDA fornece uma boa análise de produtividade da empresa, permitindo desta forma realizar uma análise objetiva, mostrar uma imagem mais clara e fiel do que a empresa ganha ou perde apenas com a atividade operacional. Este facto, ajuda a perceber a viabilidade de qualquer projeto e da própria empresa. Por outro lado, permite comparar empresas dentro do mesmo segmento de mercado, independentemente do país onde opera, uma vez que os efeitos externos à atividade operacional são anulados, tais como, os impostos de cada país ou os custos de amortização, que variam consoante a legislação específica.

Apesar das valências apresentadas são apontadas várias críticas à utilização exclusiva deste indicador para prever o êxito ou fracasso de uma organização, uma vez que, o EBITDA não considera as mudanças de fundo de maneio, sobrevalorizando o fluxo de caixa em períodos de crescimento do fundo de maneio, pode apresentar erros ao medir a liquidez da empresa, devido a excluir as despesas, não é apresentado um valor real da liquidez, uma vez que este valor depende das circunstâncias de cada empresa (que é o que o EBITDA não tem em conta), e por outro lado este indicador não tem em conta todas as variáveis, visto que as amortizações são eliminadas, nenhum investimento da empresa é considerado. Por não ser considerado o endividamento da empresa, o EBITDA poderá ter um resultado positivo, indicando a possibilidade de obter benefícios que não são reais.

Para calcular, deve conhecer-se o EBIT – *Earning Before Interest and taxes*. Este conceito representa os lucros antes de juros e impostos. Assim, para calcular o EBITDA, é necessário começar por calcular o EBIT.

O EBIT são as vendas (lucros operacionais), sem considerar os custos e gastos de operação, ou seja:

$$\text{EBIT} = \text{Vendas} - \text{CEVC} - \text{Despesas de operação} \quad (1)$$

Conhecido o resultado do EBIT, é possível calcular o EBITDA, que representa o EBIT somado com as despesas de depreciação e as despesas de amortização.

$$\text{EBITDA} = \text{EBIT} + \text{despesas de depreciação} + \text{despesas de amortização} \quad (2)$$

Ou seja, o EBITDA é o resultado mais puro da empresa e aquele que indica a sua capacidade de gerar benefícios a partir da sua atividade produtiva, sem ter em conta as suas circunstâncias.

Por esse motivo, é importante não confundir o EBITDA com a situação financeira real da empresa. Este indicador é uma mera interpretação da possibilidade de uma empresa ser lucrativa.

A figura 9 demonstra a evolução do EBITDA da média das empresas com o CAE Atividades Tauromáquicas, no período entre 2014 e 2018, sendo que o ano de 2014 foi o único onde este indicador é negativo, ou seja, as empresas do setor tauromáquico não conseguiram obter resultado positivo com a sua atividade operacional.

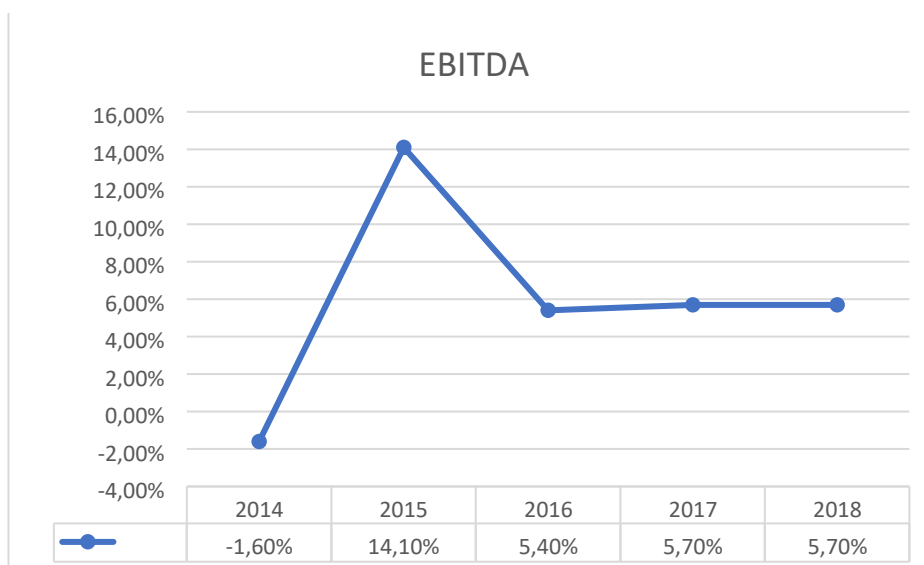


Figura 9 - Evolução EBITDA empresas com CAE Atividades Tauromáquicas 2014-2018 (INE)

Nos restantes anos, os rendimentos da atividade operacional, demonstraram ser capazes de suportar os custos da mesma categoria, sendo o ano de 2015, aquele que apresenta maior valor com 14% (figura 9).

Tendo em atenção a variação entre 2014 e 2018, verificamos que ocorreu um aumento de 7,30% neste indicador, o que demonstra uma melhoria relativa, da atividade operacional nas empresas.

- Margem Operacional

O indicador margem operacional tem como objetivo demonstrar qual o lucro operacional obtido por uma empresa, para cada unidade de venda realizada.

A margem operacional é calculada dividindo-se a receita operacional pelas vendas líquidas.

A margem operacional também é conhecida como a rentabilidade das vendas, e dá aos analistas uma ideia de como a rentabilidade é obtida antes dos juros e impostos para cada euro que ela vende.

Uma boa margem operacional significa que a empresa pode cuidar dos custos fixos, juros sobre a dívida, implicando um menor risco financeiro para a empresa.

A margem operacional de uma empresa geralmente indica a capacidade que ela tem de satisfazer os credores e criar valor para os acionistas, gerando fluxo de caixa operacional.

Ao determinar a margem operacional, é importante levar em conta a natureza das despesas que estamos levando em conta. As despesas operacionais são consideradas “fixas” ou “variáveis”.

Os gastos fixos de exploração são gastos que permanecem estáveis ao longo do tempo, mesmo que o negócio ou a renda mude: aluguer para instalações, juros sobre a dívida, entre outros, desde que sejam pré-determinados.

Os gastos variáveis mudam com as mudanças no negócio, por exemplo, o custo dos materiais.

Ao calcular a margem operacional, as despesas podem ser em dinheiro ou não monetárias, uma vez que algumas despesas podem ser amortizadas ao longo de vários anos, sendo esta uma das principais diferenças entre o resultado operacional e o fluxo de caixa operacional.

Tal como os restantes indicadores, a margem operacional apresenta igualmente algumas restrições, como o facto de não levar em linha de conta o investimento que foi feito inicialmente na empresa, o que assume especial importância nas pequenas empresas, uma vez que poderiam utilizar este valor para cobrir as despesas iniciais. Além disso, ao se tentar calcular mais especificamente a margem de cada projeto, será difícil determinar que custos são alocados a cada projeto, pois há custos compartilhados, e os métodos de avaliação são mais complexos. É preciso ainda ter cuidado ao comparar as margens operacionais entre as empresas, porque a comparação só é possível realizar com fiabilidade quando estamos perante empresas com negócios e números semelhantes.

O indicador, margem operacional, das empresas com o CAE Atividades Tauromáquicas (figura 10), apresenta em quatro dos cinco anos em análise valores negativos, o que significa que as empresas não foram capazes de gerar receita por cada unidade de venda realizada, reforçando a ideia que a média do setor apresentou resultado negativo nos anos em análise. O ano de 2015 é aquele onde o indicador é positivo, tendo-se registado uma média de 3,50% de margem operacional.

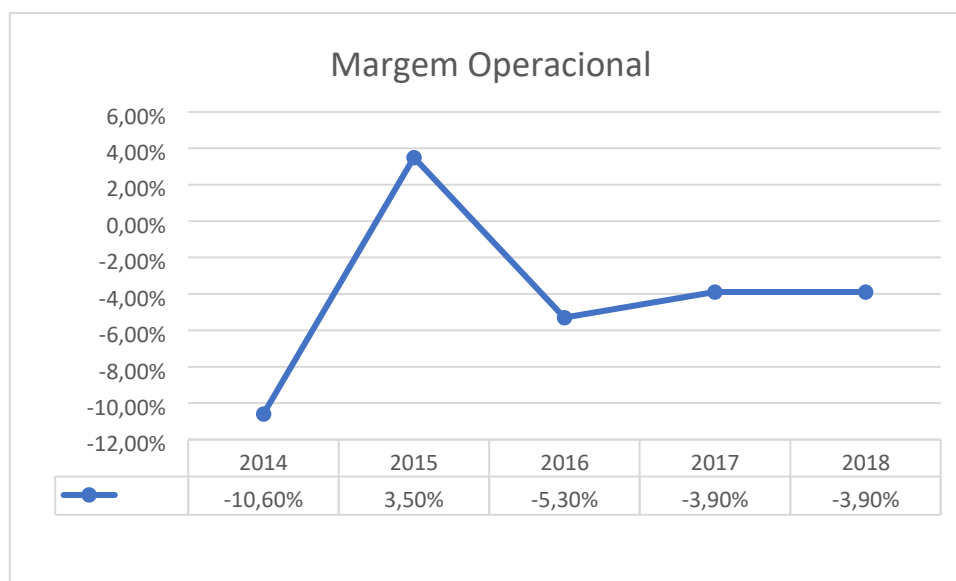


Figura 9 - Evolução da Margem Operacional nas empresas com CAE Atividades Tauromáquicas 2014-2018 (INE)

- Rendabilidade Operacional das Vendas

O indicador rendabilidade operacional das vendas (ROV) é obtido pela fórmula,

$$\text{ROV} = \text{EBITDA} / \text{Vendas} \quad (3)$$

e representa o lucro obtido por unidade vendida, tendo em conta que o EBITDA representa a capacidade de gerar benefícios a partir da sua atividade produtiva, sem ter em conta as suas circunstâncias.

Conforme se verifica na figura 10, no ano de 2014, verificamos que o EBITDA é negativo, pelo que desde logo chegamos à conclusão de que no referido ano o ROV é negativo, significando que em média as empresas do setor não conseguiram obter lucros por cada uma das unidades vendidas.

	EBITDA	Vendas
2014	-1,60%	4 100 000,00 €
2015	14,10%	3 900 000,00 €
2016	5,40%	3 000 000,00 €
2017	5,70%	2 900 000,00 €
2018	5,70%	2 700 000,00 €

Figura 10 - Valores de EBITDA e Vendas 2014-2018 (Autoria Própria)

Nos restantes anos, o EBITDA é positivo, pelo que entre 2015 e 2018 verifica-se um ROV positivo (figura 11). Não sendo possível obter o valor do EBITDA médio das empresas, iremos inferir sobre os possíveis resultados através dos resultados percentuais do

EBITDA sobre os rendimentos. Deste modo verificamos, que no ano de 2015, regista-se o valor mais elevado de ROV, sendo que entre 2016 e 2018 o valor estabilizou a um valor mais baixo face a 2015, sendo acompanhado pela redução do valor das vendas.

- Autonomia Financeira

O rácio de autonomia financeira representa a percentagem de ativos da empresa que está a ser financiada por capitais próprios. É um dos indicadores mais relevantes quando se analisa o endividamento de uma empresa e calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Autonomia financeira} = \text{Capitais próprios} / \text{Ativo líquido} \quad (4)$$

O valor ideal de Autonomia Financeira para uma empresa depende de vários fatores, são eles: o objetivo de quem faz a análise, o sector de atividade da empresa, a tipologia de financiamento efetivo, e da expectativa dos sócios ou acionistas em termos de rentabilidade financeira (lucro).

Um rácio de autonomia financeira baixo, situa-se por norma abaixo de um valor de 30% e indica-nos que a atividade da empresa é financiada em grande parte por capitais alheios, sendo positivo nos casos em que a rentabilidade da empresa é acima do sector, porque os sócios e/ou acionistas correm um risco baixo e têm uma boa remuneração do capital investido.

Do ponto de vista de gestão da empresa um rácio baixo não quer dizer necessariamente dificuldades na tesouraria, porque o rácio não deve ser analisado isoladamente, mas sim com outros indicadores como, por exemplo, o prazo médio de pagamentos, o prazo médio de recebimentos, o prazo médio de stock, entre outros indicadores. No entanto, um rácio baixo requer sempre mais atenção.

As generalidades dos economistas consideram um valor entre 30% e 60%, um valor aceitável de autonomia financeira para a generalidade dos setor de atividade.

Um rácio demasiado elevado, acima de 60%, determina uma rentabilidade financeira (de capitais próprios) mais baixa, o que pode não ser interessante do ponto de vista dos sócios ou acionistas.

A autonomia financeira a definir como objetivo pelos gestores deverá ser a que vá de encontro aos interesses da gestão, a que garanta a continuidade e sustentabilidade do negócio, e a que não provoque riscos de solvabilidade.

O rácio ideal de autonomia financeira pode depender da indústria a que pertence a organização, da atividade que exerce, dos seus níveis de produtividade e outros fatores relevantes para a análise. Este rácio deve ser definido pelos gestores, por forma a garantir que a empresa não entre em risco de solvabilidade (quando a percentagem de ativos financiados por capitais próprios é baixa).

O indicador de autonomia financeira para a média das empresas com o CAE Atividades Tauromáquicas (figura 11), encontra-se dentro dos valores considerados aceitáveis para a generalidade dos setores. Regista-se uma variação positiva de aproximadamente quatro pontos percentuais entre o ano de 2014 e 2018, o que significa que as empresas se encontram menos expostas ao endividamento externo e a atividade encontra-se a ser alimentada pelos capitais próprios da empresa.

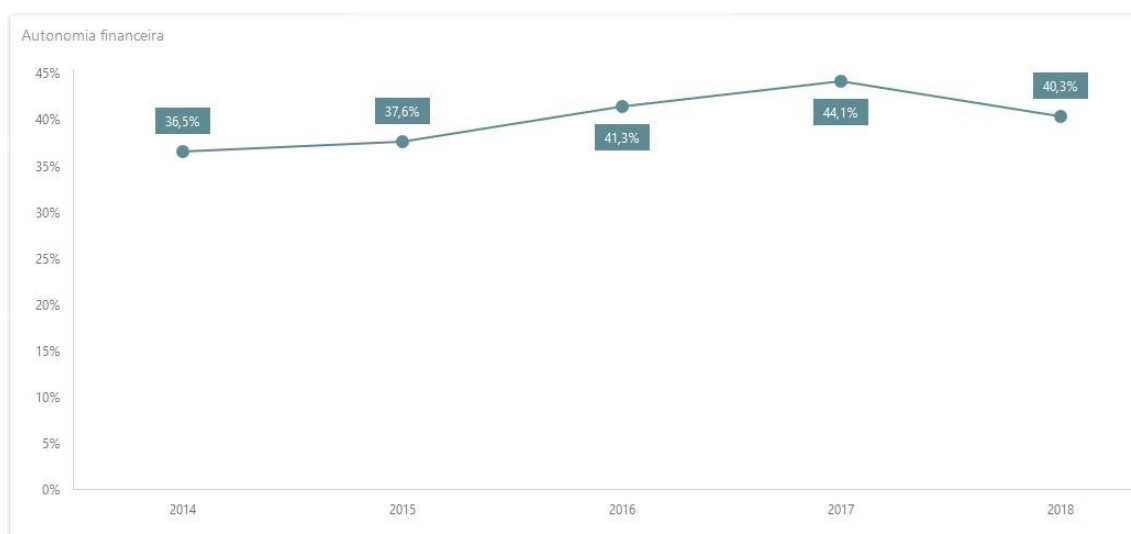


Figura 11 - Evolução da Autonomia financeira nas empresas com CAE Atividades Tauromáquicas 2014-2018 (INE)

- Liquidez Reduzida

O indicador Liquidez Reduzida foi selecionado, uma vez que as empresas do setor tauromáquico não funcionam com mercadorias, visto ser uma atividade que funciona essencialmente através de subcontratos e prestações de serviços.

A Liquidez Reduzida, também conhecido como "*acid test*", mede a liquidez de forma mais restritiva, ou seja, usa uma fórmula exatamente igual, mas exclui os inventários do numerador. A sua utilização pode ser mais adequada nalguns sectores em que a liquidez dos inventários é menor, como na construção civil, por exemplo, onde a conversão dos artigos em stock (casas) em dinheiro poderá ser mais difícil. A sua fórmula é a seguinte:

$$\text{Liquidez Reduzida} = (\text{Disponibilidades} + \text{Contas a receber}) / \text{Passivo de curto prazo} \quad (5)$$

Um valor superior a um no rácio de liquidez reduzida é um valor interessante, pois significa que a empresa terá capacidade para pagar as suas dívidas de curto prazo apenas com o dinheiro de que dispõe e com o valor que os clientes devem à empresa.

A figura 12 representa a evolução da Liquidez Reduzida ao longo do período 2014 a 2018, sendo que se verifica uma evolução positiva no período em análise.

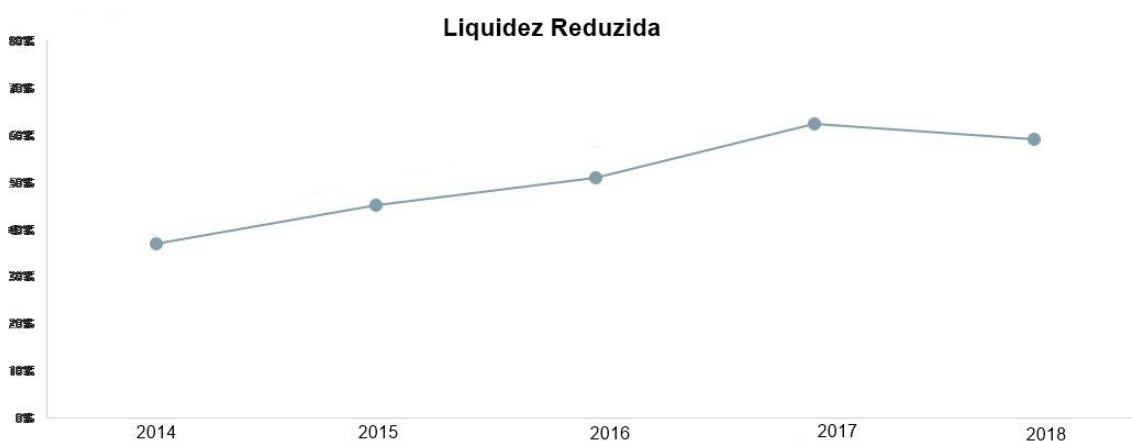


Figura 12 - Evolução do indicador Liquidez Reduzida nas empresas de CAE Atividades Tauromáquicas (2014-2018) (Banco Portugal, 2020)

Como se pode observar na figura 13, no ano de 2014 registava-se uma liquidez reduzida percentual de 36,90%, o valor mais baixo do período em análise, registando-se uma melhoria nos anos seguintes, para 44,90% em 2015, 50,80% em 2016 e 62,30% no ano de 2017, que é aquele onde o indicador apresenta um valor mais positivo. No ano de 2018 regista-se uma redução para os 59,10%, contudo considerando todo o período em análise, verificamos uma evolução positiva no indicador de 22,20%.

Apesar desta evolução verifica-se que as empresas com o CAE Atividades Tauromáquicas em média não apresentam capacidade para pagar as suas dívidas de curto prazo apenas com o dinheiro de que dispõe e com o valor que os clientes devem à empresa.

7. CRIAÇÃO DO ÍNDICE DE ATIVIDADE TAUROMÁQUICA (IAT)

7.1. APRESENTAÇÃO DO IAT

A quantificação da tauromaquia em território nacional tem por base um Índice de Atividade Tauromáquica (IAT). O IAT utilizado anteriormente em estudos de Pereira (2010) e Capucha (2020) foi atualizado com os dados referentes ao ano de 2018, contudo permanecendo inalterados os pressupostos e as qualificações atribuídas na versão original.

Para a elaboração deste índice recorreu-se aos dados da Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) para a qualificação dos dados oficiais da tauromaquia formal; os dados referentes à tauromaquia popular foram recolhidos tendo por base as informações disponibilizadas em site/blogs da especialidade, sendo que a quantificação das ganadarias teve por base os dados recolhidos junto da Associação Portuguesa de Criação de Touros de Lide.

O IAT traduz a “densidade taurina”, um indicador da presença de elementos relevantes da tauromaquia numa determinada região NUTS III, variando entre um valor máximo nas regiões onde a tauromaquia é um “fenómeno social total” (Mauss, 1989), e um valor nulo nos casos em que não há vestígios da presença atual de elementos tauromáquicos relevantes. A uma maior densidade corresponde um IAT maior, isto é, uma maior presença desses elementos.

No ano de 2018 identificou-se em Portugal Continental um total de 1.128 eventos taurinos, incluindo 158 espetáculos em praças de touros nas diversas modalidades previstas no Regulamento de Espetáculos Tauromáquicos (RET) e 970 manifestações de tauromaquias populares (T.POP), como largadas e/ou esperas de touros, touradas à vara larga, vaca das cordas (Ponte de Lima), capeia arraiana, touradas à corda, vacadas, “*pamplonas*” ou garraíadas, entre outras.

Seguidamente identificaram-se as regiões onde existem praças de touros fixas (Praças), ganadarias bravas (Ganadarias), grupos de forcados (Forcados) e artistas tauromáquicos residentes (Artistas). Cada uma destas dimensões foi depois objeto da atribuição de um *score* em função da frequência em que ocorrem, como se mostra na figura 13. Para cada

dimensão atribui-se um valor cuja escala varia entre 0 a 40, 0 a 30 e 0 a 10, respetivamente, em função do número de ocorrências. O valor máximo do *score* é 100.

Registos (nº)	T.POP	RET	Praças	Ganadarias	Forcados	Artistas
0	0	0	0	0	0	0
>=1	10	10	5	1	10	1
>=2	20	15	10	5	-	4
>=5	30	20	-	10	-	7
>10	40	30	-	-	-	10

Figura 13 - *Score* utilizado para o tratamento de dados do IAT (Pereira, 2010)

O terceiro passo consistiu em atribuir um peso específico a cada uma das dimensões (figura 14), o qual multiplicado pelo *score* alcançado através da frequência com que ocorre cada uma das dimensões leva à obtenção de um valor para cada dimensão. O IAT corresponde ao somatório do valor obtido em cada dimensão ponderado pelo peso atribuído a cada uma delas. Obtém-se assim a seguinte matriz:

	20%	20%	10%	10%	20%	20%
Registos (nº)	T.POP	RET	Praças	Ganadarias	Forcados	Artistas
0	0	0	0	0	0	0
>=1	2	2	0,5	0,1	2	0,2
>=2	4	3	1	0,5	-	0,8
>=5	6	4	-	1	-	1,4
>10	8	6	-	-	-	2

Figura 14 – Matriz da classificação relativa de cada componente do IAT (Pereira, 2010)

Para auxiliar na leitura da figura 14, dá-se o seguinte exemplo: uma região com tauromaquias populares (T.POP) entre 2 e 4 registos, com 1 espetáculo em praça (RET), 1 praça de touros fixa (Praças), nenhuma ganadaria (Ganadarias), 1 grupo de forcados (Forcados) e entre 5 e 10 artistas tauromáquicos residentes (Artistas), regista 4 pontos na primeira dimensão, 2 pontos na segunda, 0,5 na terceira, 0 na quarta, 2 na quinta e 1,4 na sexta. No total, somará 9,9 pontos numa escala de 0 a 20.

A fórmula apresentada foi aplicada aos registos existentes para todas as regiões. Seguidamente, para simplificação da leitura dos dados, os concelhos foram agrupados em cinco níveis de atividade tauromáquica (figura 15), correspondentes a:

Grupos	Presença Tauromáquica	Nível
0	Inexistência	0
0,1 a 4	Fraca	1
4,1 a 9	Relevante	2
9,1 a 14,9	Forte	3
15 a 20	Total	4

Figura 15 - Níveis do IAT (Pereira, 2010)

7.2. IAT EM PORTUGAL

Iniciamos a análise do IAT, primeiro de forma desagregada, considerando as duas principais componentes do índice, tauromaquia popular e espetáculos tauromáquicos no âmbito do RET (tauromaquia formal), e, posteriormente, através de uma análise compósita.

Na figura 16 encontra-se representada a dispersão regional da tauromaquia popular, primeira componente do IAT.

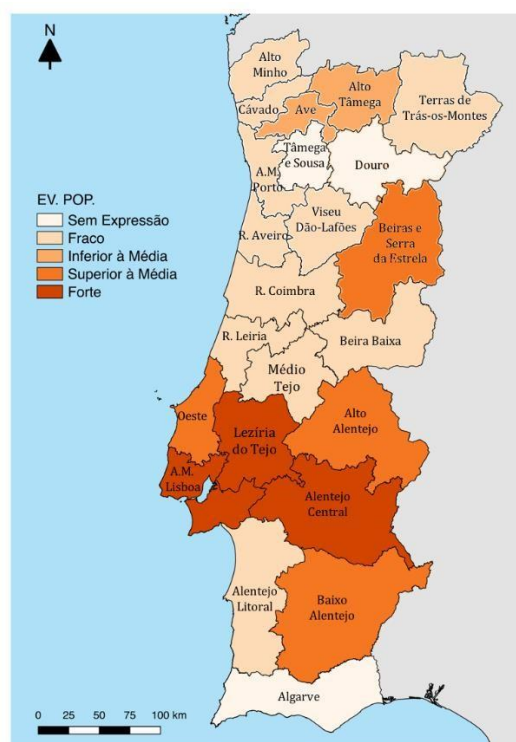


Figura 16 - Peso dos espetáculos de tauromaquia popular em Portugal Continental 2018 (Autoria Própria)

No ano de 2018 realizaram-se em Portugal Continental 970 eventos de tauromaquia popular, o que representou uma média por região de 42 eventos espetáculos de tauromaquia popular. Como se pode observar na figura 17, Lezíria do Tejo, Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Alentejo Central (que, grosso modo, correspondem aos distritos de Lisboa, Évora, Santarém e Setúbal) apresentam os maiores índices de atividade tauromáquica. Nestas três NUTS realizaram-se 603 espetáculos, respetivamente, 218, 215 e 186, o que representa cerca de 64% dos espetáculos.

Num segundo patamar surgem as regiões NUTS III Oeste, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, e Beiras e Serra da Estrela a apresentarem valores acima da média, somando um total de 314 espetáculos, divididos respetivamente por 94, 82, 71 e 67, o que representa 32% dos eventos realizados (figura 17).

As restantes regiões de Portugal Continental registam valores abaixo da média (figura 17), podendo definir com um baixo nível de presença as regiões do Alto Tâmega e Ave, que representam um total de 18 espetáculos, respetivamente nove cada, representando 4% dos espetáculos realizados. Por fim, representando 2% dos eventos registam-se Área Metropolitana do Porto, Região de Leiria, Médio Tejo, Beira Baixa, Viseu Dão-Lafões, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Terras de Trás-os-Montes, Alentejo Litoral, Cávado e Alto Minho.

A figura 17 mostra ainda que não foram identificados registos de tauromaquia popular nas regiões do Algarve, Douro e Tâmega e Sousa.

Considerando os espetáculos tauromáquicos no âmbito do RET, segunda componente do IAT, tendo como base a análise do índice e a classificação atribuída (figura 18), foi possível verificar que as NUTS denominadas Área Metropolitana de Lisboa (AML), Alentejo Central e Algarve (que grosso modo correspondem aos distritos de Lisboa, Évora, Setúbal e Faro), apresentam os maiores índices de atividade tauromáquica. Estas três NUTS com 87 espetáculos realizados, respetivamente, 36, 26 e 25, representam cerca de 50% dos espetáculos, com a curiosidade de os 25 espetáculos realizados na região do Algarve terem sido efetuados na sua totalidade na Praça de Touros de Albufeira.



Figura 17 - Peso dos espetáculos de tauromaquia formal em Portugal Continental 2018 (Autoria Própria)

Por outro lado, as NUTS Lezíria do Tejo, Oeste, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, com 60 espetáculos realizados, respetivamente 17, 16, 14 e 13, que representam cerca de 35% da atividade, apresentam resultados superiores à média nacional que se situa em 8 espetáculos por região (figura 18).

A figura 18 revela ainda que com um valor abaixo da média nacional surgem as NUTS III Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Região de Leiria e Região de Coimbra, que tiveram quatro espetáculos cada durante o ano de 2018, representando 9% da atividade. Com fraca atividade de tauromaquia formal surgem as regiões Alentejo Litoral, Terras de Trás-os-Montes, Área Metropolitana do Porto, Beira Baixa, Douro, Tâmega e Sousa e Alto Minho, com as primeiras três regiões a apresentarem dois espetáculos e as restantes apenas um, somando um total de 10 eventos, que representam 6% da atividade.

Sem atividade tauromáquica formal durante o ano de 2018, surgem as regiões de Viseu Dão-Lafões, Região de Aveiro, Alto Tâmega, Ave e Cávado (figura 18).

Por último, tendo por base o IAT global (figura 19), verificamos que, no cômputo dos dois tipos de espetáculos em que dividimos a tauromaquia:

- Em todas as regiões de Portugal Continental registam-se vestígios de tauromaquia, seja ela formal ou popular;

- As NUTS denominadas Área Metropolitana de Lisboa (AML), Lezíria do Tejo e Alentejo Central apresentam os maiores índices de atividade tauromáquica;
- As NUTS confinantes a Norte (Alto Alentejo e Oeste) e a Sul (Baixo Alentejo) apresentam classificação "forte";
- A Sul, a NUT Alentejo Litoral apresenta uma classificação de "fraco" e a NUT Algarve tem classificação "inferior à média";
- A região centro encontra-se relativamente dentro da média nacional com a Região de Coimbra e Médio Tejo a apresentarem uma classificação “superior à média” e as regiões de Região de Leiria e Beira Baixa com classificação “inferior à média”.
- No Norte do país, excetuando a NUTS III Beiras e Serra da Estrela, classificada "superior à média", as restantes NUTS III têm classificação “inferior à média” ou "fraco".



Figura 18 - Peso da tauromaquia através do IAT (Autoria Própria)

Nesta observação detalhamos os aspetos relevantes, nomeadamente, o facto de um dos tipos de espetáculos ter notoriamente maior "peso" que outro. Tomando em conta a divisão da tauromaquia em dois tipos, formal ou popular, e também a classificação

utilizada, é adequado abordar somente as NUTS de Portugal Continental onde a tauromaquia foi classificada acima de "fraco".

Iniciando a análise pelo maior peso relativo da tauromaquia formal, verifica-se que em uma NUT III a tauromaquia regulamentada pelo RET (tauromaquia formal) tem um peso superior ao dos espetáculos de cariz popular (tauromaquia popular). Nesta situação está o Algarve onde a diferença entre os dois tipos de tauromaquia é a maior e pode ser considerada como a grande disparidade nacional.

O Algarve, quanto aos espetáculos de cariz popular, tem classificação "sem expressão", e tem classificação "forte" para os espetáculos no âmbito do RET.

Tendo em conta o conjunto de espetáculos realizados em Portugal, foi na Praça de Touros de Albufeira que se realizou o maior número de espetáculos no âmbito do RET. A classificação obtida pelo Algarve, relativamente aos espetáculos de cariz popular "sem expressão", indica algum afastamento da população desta NUT relativamente à atividade tauromáquica. A proximidade de um mar sereno e farto e uma vocação para o turismo de sol e praia parece constituir uma causa explicativa desta realidade.

A "inexistência" de espetáculos de cariz popular contrasta com a existência da Praça de Touros com maior número de espetáculos realizados a nível nacional. Um tão grande número de espetáculos no âmbito do RET, numa NUT onde os espetáculos de cariz popular não têm expressão, indicia que os espetáculos têm como público-alvo os turistas (por isso são apresentados como *Portuguese Bullfight*), neste caso, por constatação empírica, formado em grande parte por estrangeiros.

De junho a setembro, na Praça de Touros de Albufeira é rara a semana em que não existe um espetáculo tauromáquico. Esta proliferação de espetáculos em local onde o público é pouco conhecedor da "Festa" e por isso pouco exigente a nível artístico, faz com que muitos destes espetáculos sejam uma demonstração tauromáquica de menor qualidade e onde os mais jovens intervenientes da festa aproveitam para dar os seus primeiros passos.

A realidade constatável no Algarve relativamente aos destinatários dos espetáculos tauromáquicos é também perceptível, embora em muito menor escala, noutras praças de touros situadas em locais que têm uma tradicional notoriedade como "zonas de banhos". Assim, Nazaré, Figueira da Foz e Póvoa do Varzim apresentaram 10 espetáculos no âmbito do RET, respetivamente cinco, três e dois. Contudo, relativamente a espetáculos

de cariz popular, nestas NUTS só se realizou um único espetáculo, uma "Garraiada" na Figueira da Foz. Estes dados levam a concluir que os espetáculos que hoje se realizam visam também os turistas (emigrantes e nacionais de férias).

No que ao maior peso relativo da tauromaquia popular diz respeito, verifica-se duas NUTS nas quais a tauromaquia de cariz popular tem um peso significativamente maior do que a tauromaquia regulada pelo RET, a saber, Beiras e Serra da Estrela e Lezíria do Tejo.

Quanto à NUT das Beiras e Serra da Estrela, a explicação para um forte pendor para o lado da tauromaquia popular deve-se sem dúvida às "Corridas do Forcão", ou melhor dizendo, às "Capeias Arraianas", pois que o momento do Forcão⁴ é "só" uma parte da "Capeia Arraiana". Para uma abordagem à lide, cita-se: "por costume antigo, os touros vêm de Espanha, das aldeias vizinhas, cedidos gratuitamente em contrapartida da renúncia, por parte dos lavradores portugueses proprietários de terras na raia, a quaisquer reclamações contra os estragos que os gados espanhóis ali fazem nas suas searas" (Oliveira, 1995, p. 264).

É importante ainda referir que a Capeia Arraiana detém a honra de ter sido, por decisão favorável da Comissão para o Património Cultural Imaterial, publicada em Diário da República, através do Anúncio n.º 16895/2011, de 16 de novembro, a primeira e durante muito tempo a única inscrição no registo do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Relativamente ao maior peso, neste caso, "grande", da tauromaquia popular na NUT Lezíria do Tejo, a explicação será mais complexa. No entanto, numa expressão lacónica, pode afirmar-se que é naturalmente de âmbito cultural, sendo aqui a cultura tida como os hábitos, usos e costumes, expressos no desempenho de tarefas, no divertimento e no sentimento coletivo de determinado povo (Pereira, 2010).

Por último, importa fazer a referência a dois acontecimentos ímpares na tauromaquia popular no continente que se desenrolaram em NUTS consideradas de "inferior à média", no caso do Alto Tâmega e "fraco", no caso do Alto Minho. Referimo-nos às "Chegas de

⁴ Segundo Teixeira (1994), o Forcão é um instrumento típico da região do Sabugal, com um peso de cerca de 300Kg, construído por troncos de carvalho bifurcados à frente e reforçados por transversais. Na parte da frente, que deve estar sempre virada para o touro, estão duas galhas principais e cinco ou seis galhas secundárias. O Forcão é empunhado por cerca de trinta rapazes orientados por um timoneiro, o "rabichador" que se coloca no vértice traseiro. Existem documentos que provam a existência de armas de guerra com a mesma forma utilizadas na Idade Média.

Bois", em Montalegre e à "Vaca das Cordas" em Ponte de Lima. Socorremo-nos de duas citações para ilustrar o valioso património cultural que rodeia estes acontecimentos, respetivamente:

"Nas regiões comunitárias o touro costuma pertencer à comunidade e, às vezes, os habitantes de aldeias vizinhas costumam deitar os touros à luta, o que pode ocasionar grandes prejuízos, mas também é um motivo de grande festa e alegria para aqueles cujo touro ficou vitorioso. Na serra de Montemuro, fazem lutas com vacas, que também são muito apreciadas" (Dias, 1990, p. 2);

"Por um uso antiquíssimo, que se perde na escuridão dos séculos e que nunca foi interrompido até 1884, fez-se sempre, anualmente, em Ponte do Lima, a corrida da vaca das cordas, na tarde da véspera de *Corpus-Christi*. De tal função foram constantemente ministros os moleiros do concelho, que tinham a obrigação de pegarem às cordas e executarem a corrida, sob a condenação de 200 reis pagos na Cadeia por aquele que não comparecesse ou furtasse a tal mister, segundo o Código das posturas Municipais de 1646, cap.56; e de 480 reis, segundo o de 1720, cap.55" (Lemos, 1998).

7.3. ANÁLISE DO IAT NAS REGIÕES ALENTEJO CENTRAL, ALGARVE, AML E LEZÍRIA DO TEJO

Considerando a análise do IAT em Portugal (subsecção 7.2), podemos afirmar que apesar de todas as regiões de Portugal Continental apresentarem atividade tauromáquica, a sua maior concentração se encontra no Centro-Sul do território nacional, em particular na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Lezíria do Tejo, onde o indicador atingiu o valor máximo da classificação (20 numa escala de 0 a 20), denotando-se, além da forte presença das tauromaquias, um número elevado de praças de touros, ganadarias, grupo de forcados e cavaleiros/matadores.

A região Alentejo Central é de entre as analisadas aquela que mais praças de touros fixas apresenta com um total de 16, sendo igualmente a região em que existe maior concentração a nível nacional. Ao nível dos grupos de forcados é a terceira mais bem classificada no panorama nacional, apresentando sete formações ativas, igual posição que

ocupa entre as regiões em estudo. Também ocupando o terceiro posto a nível nacional no número de ganadarias ativas com um total de 15, somente superado pelo Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo.

Ao nível do número de artistas ocupa novamente o terceiro lugar nacional, neste particular em igualdade com o Alto Alentejo, ocupando a mesma posição entre as regiões estudadas e, por fim, ao nível dos espetáculos, ocupa o segundo posto com 26 eventos de tauromaquia formal, o que representou 15% no panorama de Portugal Continental, e o terceiro posto em eventos de tauromaquia popular com um total de 186, aproximadamente 19% dos eventos realizados em Portugal Continental.

Na região Algarve verifica-se a inexistência de grupos de forcados, ganadarias e eventos de tauromaquia popular. É encontrado ainda somente um registo de praça de touros fixa, Praça de Touros de Albufeira e um artista ativo na região. Contudo, apesar destes números, a região destaca-se por ser a terceira classificada a nível nacional e entre as regiões em estudo em eventos de tauromaquia formal, tendo organizado no ano de 2018 um total de 25 espetáculos, 14% a nível de Portugal Continental.

A AML regista a classificação máxima do IAT, contribuindo para tal a existência de sete praças de touros no seu território, o quarto melhor registo a nível nacional em igualdade com a região Lezíria do Tejo, sendo igualmente solar de sete ganadarias. A região destaca-se por liderar nas categorias de grupos de forcados, artistas e número de eventos de tauromaquia formal.

No que aos homens das ramagens diz respeito, na região encontra-se em atividade nove grupos de forcados, a sua maioria concentrados na região sul da AML. Ao nível dos artistas tauromáquicos foram identificados 34, o melhor registo a nível nacional e o mais do dobro tendo em conta a região que surge em segundo lugar na classificação desta categoria. Quanto aos eventos de tauromaquia formal foram identificados 36, o que representa 21% do total registado em Portugal Continental. Por fim, a tauromaquia popular na AML surge em segundo lugar com 215 eventos, o que representa 22% do total de Portugal Continental.

Por último, a região Lezíria do Tejo é líder nacional nas categorias tauromaquia popular e ganadarias. Relativamente às praças de touros surge no terceiro posto nacional, em igualdade com a AML, com sete edifícios, sendo que na forcagem existem oito formações, representando o segundo número mais elevado da classificação.

Igualmente no segundo lugar surge na categoria artistas, com 16, liderando de forma destacada ao nível das ganadarias, tendo sido identificadas 26 ganadarias de touro bravo a pastar nos seus campos. Ao nível da tauromaquia popular recebeu durante o ano de 2018, um total de 218 eventos, o que representa 22% da média nacional. Por fim, ao nível da tauromaquia formal registaram-se 17 eventos, o que representa 10% do total de Portugal Continental.

8. ISDR vs IAT

De acordo com a metodologia anunciada para a realização do presente estudo, pretendesse em seguida relacionar o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) com o Índice de Atividade Tauromáquica (IAT), tendo por base a repartição geográfica por NUTS III.

Ao avaliar a relação entre estes dois indicadores estatísticos, procuramos não uma relação de causa-efeito, mas registar a ocorrência simultânea dos fenómenos de que os indicadores estatísticos nos dão conta.

Como foi referido anteriormente, não se procura estabelecer uma relação de causalidade, mas apenas explorar, com base em indicadores empíricos e não em preconceitos ideológicos, a existência, ou não, de uma correlação entre os dois conjuntos de indicadores (tauromaquia e desenvolvimento). Assim, servirão de base para a análise seguinte, não apenas o resumo dos valores de ISDR apresentado na figura 2 (subsecção 5.3), como também a figura 19, onde se encontram transcritos o resumo dos valores de IAT.

	IAT		
	RET	TP	Geral
Alentejo Central	Muito Forte	Muito Forte	Total
Algarve	Muito Forte	Inexistente	Relevante
AM Lisboa	Muito Forte	Muito Forte	Total
Lezíria do Tejo	Acima da Média	Muito Forte	Total

Figura 19 - Resumo IAT para as regiões em análise (Autoria Própria)

Como vimos na figura 2, a região Alentejo Central apresenta um valor dentro da média regional tendo por base o indicador ISDR, apresentando valores de competitividade abaixo da média, mas registando-se valores dos itens coesão e ambiental acima da média. Ao nível do IAT, a figura 19 mostra que quer através dos espetáculos formais, quer ao nível da tauromaquia popular, quer quando analisada a tauromaquia de uma forma genérica, a sua presença é total. Logo, podemos concluir que a tauromaquia se encontra enraizada dentro da cultura da região e apresenta-se como uma possível fonte de desenvolvimento para a região, através de uma aposta agregada da tauromaquia formal com a tauromaquia popular, articulada com o turismo taurino e o turismo de natureza.

A região Algarve vê a sua economia com uma forte percentagem dedicada ao turismo, sendo um dos seus principais pontos de competitividade, que se encontra dentro da média nacional (figura 2). Ao nível de coesão e ambiental os valores encontram-se abaixo dos valores médios nacionais (figura 2). Quanto à tauromaquia na região, a sua classificação de relevante (figura 19) deriva de ser essencialmente dirigida para o turista estrangeiro que visita a região e procura uma experiência cultural diferente. Contudo esta aposta nos últimos anos tem estado limitada à Praça de Touros de Albufeira que pertence a um aldeamento turístico e os eventos taurinos encontram-se incluídos nos pacotes dos turistas. Como é frequentada por um público menos conhecedor das lides taurinas, verificamos que nela surgem oportunidades aos mais jovens artistas tauromáquicos.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a região com melhor ISDR, liderando nas categorias de competitividade e coesão (figura 2). A nível de coesão encontra-se dentro da média nacional (figura 2). Por outro lado, segundo a figura 19, verificamos uma total presença tauromáquica nesta região, muito influenciada pela parte sul da região, em particular os concelhos da Moita, Montijo e Alcochete e a norte do Tejo o concelho de Vila Franca de Xira. Nos concelhos mencionados verifica-se uma total presença da tauromaquia, sendo que os principais eventos culturais se encontram relacionados com a tauromaquia, como são exemplos as Festas do Colete Encarnado, em Vila Franca de Xira, reconhecidas em setembro de 2020 como uma das 7 Maravilhas da Cultura Portuguesa e as Festas do Barrete Verde, em Alcochete. Importa ainda referir que a principal praça de touros portuguesa se encontra localizada na região; falamos do Campo Pequeno, que é considerada a Catedral do Toureio da Cavallo.

Por fim a Lezíria do Tejo, reconhecida como a região mais taurina de Portugal Continental, e segundo os dados recolhidos podemos considerar a mesma dessa forma, uma vez que nela existem sete praças de touros fixas, oito grupo de forcados, é solar de 26 ganadarias, viu nascer 16 artistas tauromáquicos em atividade no ano de 2018, realizaram-se 17 eventos de tauromaquia formal e 218 eventos de tauromaquia popular, registando um índice de IAT máximo (à semelhança da AML, como nos mostra a figura 19). Contudo, a nível de desenvolvimento regional os indicadores de competitividade e coesão encontram-se abaixo da média nacional, sendo que o indicador ambiental se encontra acima da média (figura 2).

Em suma, podemos inferir que, com os dados obtidos, não se verifica nexo de correlação para as regiões analisadas entre o desenvolvimento regional e a presença da tauromaquia. No que toca ao desenvolvimento das regiões, verificamos a existência de três níveis distintos de desenvolvimento regional: abaixo da média, Lezíria do Tejo e Algarve; dentro da média, Alentejo Central; e acima da média nacional, AML (figura 2). Ao mesmo tempo, a tauromaquia tem presença total nas regiões do Alentejo Central, Lezíria do Tejo e AML, sendo somente relevante no Algarve (figura 19). Desde modo, verificamos que, na amostra utilizada, para a mesma densidade de presença tauromáquica encontramos diferentes nível de desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como principal objetivo atentar na ligação entre o desenvolvimento regional e a tauromaquia.

Ao nível dos objetivos específicos procurava-se apresentar o setor tauromáquico, com especial enfoque nas empresas que se dedicam em exclusivo à organização de eventos tauromáquicos através do CAE 93291 – Atividades Tauromáquicas. Verificou-se que, no ano de 2018, existiram 54 entidades distintas na organização de eventos de tauromaquia formal, sendo 22 dos tais definidos como pessoa coletiva, e ainda dentro deste grupo foram somente identificadas 14 entidades que apresentam como CAE de atividade principal o CAE 93291 – Atividades Tauromáquicas. Quanto à sua localização, o setor tauromáquico reside essencialmente na região centro-sul de Portugal Continental, com especial enfoque na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Lezíria do Tejo.

Ao nível económico/financeiro foi estudada a evolução para o período 2014-2018 relativamente a volume de negócios, número de empresas em atividade, EBITDA, Margem Operacional, Rendibilidade Operacional das Vendas, Autonomia Financeira e Liquidez Reduzida, tendo-se constatado uma variação positiva na maioria dos indicadores analisados.

O volume de negócio das empresas baixou ao longo do período em análise, sendo acompanhado por uma diminuição do número de eventos realizados.

Ao nível do EBITDA concluiu-se que existiu uma evolução positiva, isto é, no período em análise as empresas em média melhoraram a sua capacidade de gerar lucro, considerando apenas as atividades operacionais, excluindo os investimentos financeiros, empréstimos, impostos, as amortizações e as depreciações, sendo o seu valor positivo. Na margem operacional as empresas em média não conseguem gerar lucro por cada unidade de venda realizada, uma vez que a receita líquida ao longo do período em análise foi negativa, contudo verificou-se uma evolução positiva entre o início e o fim do período.

A Rendibilidade Operacional das Vendas estabilizou nos últimos três anos do período em análise, conseguindo assim as empresas obter rendibilidade por cada unidade vendida, tendo em conta os seus gastos operacionais. Ao nível da Autonomia Financeira as empresas apresentam em média resultados relativamente positivos, sendo que se encontram com uma reduzida exposição ao endividamento externo e, por fim, tendo em

conta a Liquidez Reduzida verificou-se que as empresas não apresentam em média capacidade para fazer face às suas dívidas de curto prazo com as disponibilidades de curto prazo e o valor a receber de clientes, este último que regra geral tende a ser zero.

Em suma, verificamos que em termos económico-financeiros as empresas conseguem fazer face às suas atividades operacionais, contudo as margens são reduzidas o que resulta em resultados negativos depois de adicionados os restantes itens contabilísticos como as depreciações e gastos de financiamento. Ao nível da autonomia apresenta uma reduzida exposição ao endividamento, sendo este o indicador mais positivo de entre os analisados.

É importante realçar que os resultados são apresentados como média do setor e, dentro do mesmo tendo em conta o ano de 2018, apenas 36% das empresas organizaram efetivamente eventos tauromáquicos o que poderá contribuir para estes resultados e distorcer a realidade das empresas efetivamente em atividade no setor. Deste modo, podemos inferir que as empresas que se encontram em atividade, regra geral, apresentam bons indicadores especialmente ao nível de solidez financeira e, tendo em conta a variação positiva na maioria dos indicadores, as perspetivas para o futuro das organizações são positivas, numa ótica de crescimento e desenvolvimento do negócio.

Seguidamente, após a análise à vertente empresarial do setor tauromáquico, procedeu-se à criação do IAT que mapeou a densidade tauromáquica em Portugal Continental, permitindo concluir que se trata de uma atividade, que se encontra difundida por todas as regiões NUTS III de Portugal Continental. A sua maior intensidade verifica-se, à semelhança daquilo que ocorre com a distribuição das empresas, na região centro-sul.

Tendo em conta os critérios utilizados para a sua validação verificou-se que a tauromaquia é um fenómeno total em cinco regiões, Área Metropolitana de Lisboa, Lezíria do Tejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Oeste, atingindo as duas primeiras regiões NUTS III mencionadas a cotação máxima no indicador. Em sentido contrário verifica-se que nas regiões NUTS III Cávado, Tâmega e Sousa, e Douro uma fraca presença tauromáquica.

Por fim verificou-se a validação da hipótese de partida na qual, identificamos que a tauromaquia contribuía para o desenvolvimento regional. Tal facto perante a amostra de quatro regiões utilizada não se comprovou, uma vez que obtemos uma presença total da tauromaquia para diferentes classificações de desenvolvimento regional.

Deste modo e tendo em conta o objetivo geral da presente dissertação que era compreender a relação entre o desenvolvimento regional e a tauromaquia, enquanto atividade cultural e económica em Portugal Continental, atestamos que para os dados analisados tal não se verifica.

Contudo, esta constatação perante os dados estudados não invalida que a tauromaquia represente uma importante fonte de desenvolvimento das regiões onde predomina. Tal facto pode ser justificado, na vertente económica, através da afluência turística para as feiras e outros eventos taurinos, bem como de outras atividades, como por exemplo, a restauração, alojamento, combustíveis e marketing/publicidade, para além dos trabalhos diretos resultantes da criação de gado, entre outros.

Atendendo à multidimensionalidade do fenómeno, além da questão da competitividade que verificamos acima pelas questões económicas, podemos afirmar que a tauromaquia contribui ao nível da coesão, através do número de espetáculos ao vivo realizados na região e ao nível ambiental, pela preservação de espécies e habitats.

Relativamente a limitações para a realização desta dissertação, verificaram-se na falta de informação centralizada e completa do número de espetáculos tauromáquicos realizados, em especial ao nível da tauromaquia popular, onde a pesquisa se centrou em blogs da especialidade que se dedicam à divulgação da festa popular. Por outro lado, a falta de informação dos indicadores individualizados utilizados na elaboração do ISDR para as NUTS III acabou por condicionar uma análise mais completa e precisa.

Por último, como pistas de investigação futura, sugere-se aplicar este estudo a outras regiões, o estudo detalhado da cadeia de valor do setor tauromáquico, o estudo da presença da tauromaquia por região nacional com a centralização de dados, o estudo sobre o facto das empresas que organizam corridas de touros se dedicarem a outras atividades e o estudo sobre como o poder de compra influencia o número de espetadores nas bancadas das praças de touros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Além, N. e Andrade, J. (2017). *O direito econômico da cultura: uma análise dos gastos públicos indiretos com cultura*. Universidade de São Paulo, São Paulo
- Araújo, J. (2014). *O conceito de Coesão Territorial e a sua relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território. Os casos da Estónia e Portugal.*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 1-171.
- Arrow, K.J.; Kurtz, M. (1970). *Public investment, the rate of return, and optimal fiscal policy*, The Jon Hopkins Press, Baltimore MD
- Aschauer, D.A. (1990). *Why is infrastructure important?*, In: Munnell, A. (Ed.), *Is there a shortfall in public investment?* Federal Reserve Bank of Boston, Boston, pp. 21–50
- Aydalot, P. (1985). *Economie Regionale et Urbaine*, Economica, Paris
- Becker, Howard S. (1997), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*, 3ª ed. Editora HUCITEC, São Paulo
- Bonaglia, F., L. F., E.; Marcellino, M. (2000). *Public capital and economic performance: evidence from Italy*”, *Giornale degli Economisti and Annali di Economia* 2, pp. 221–244
- Boarnet, M.G. (1998), *Spillovers and the locational effects of public infrastructure*, *Journal of Regional Science* 38, pp. 381–400
- Canning, D. (1999). *Infrastructure's contribution to aggregate output*, World Bank, Policy Research Working Paper n.º 2246
- Canning, D. P. (2004), *The effect of infrastructure on long-run economic growth*, Harvard University
- Capucha, L. (1990). *Tauromaquia e identidades culturais locais*, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº8, pp. 139-145
- Capucha, L. (2013). *Festa de Toiros*, *Anthropológicas*, 24 (1), pp. 145-179
- Capucha, L. (2020). *Tauromaquia, violência e desenvolvimento - Opiniões e evidências*, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 92, 2020, pp. 53-67
- Carvalho, C. (2012). *Determinantes do desenvolvimento regional: uma análise empírica*, tese de mestrado em Economia, Covilhã, Universidade da Beira Interior
- Cooke, P. (2002), *Knowledge Economies: Clusters, Learning and Cooperative Advantage*, Routledge, London
- Dallabrida, V., (2011), *Governança territorial e desenvolvimento: uma introdução ao tema*, In V.R. Dallabrida (org.), *Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais*, Rio de Janeiro, Garamond, pp. 15-38.

Decreto-Lei n.º 89/2014, Presidência do Conselho de Ministro, Diário da República n.º 111/2014, Série I de 2014-06-11

Decreto-Lei n.º 23/2014, Presidência do Conselho de Ministros, Diário da República n.º 32/2014, Série I de 2014-02-14

Destefanis, S.; Sena, V. (2005). *Public capita and total factor productivity: new evidence from the Italian regions*, Regional Studies 39, pp. 603–617

Diniz, F.; Gerry, C. (2005). *A problemática do desenvolvimento rural*, Compêndio de Economia Regional, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Coimbra

Duarte, F.; Quandt, C.; Souza, Q., (2008). *O Tempo Das Redes*, p. 156. Editora Perspetiva

Dupuis, J. P. (2008). *L'Analyse interculturelle em gestion: décloisonner les approches classiques*, Gestion en contexte interculturel: approches, problématiques, pratiques et plongées. Canada: les Presses de l'Université Laval

D'Iribarne, P. (1983). *La logiqued'honneur: gestion des entreprises et traditions nationales*, Éditions du Seuil

Espírito Santo, A. e Carniello, M. (2019). *As microcervejarias da região do médio paraíba fluminense como possíveis vetores de desenvolvimento regional*, Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 20, pp. 310-327

Everaert, G.; Heylen, F. (2001). *Public capital and productivity growth: evidence for Belgium*, Economic Modelling 18, pp. 97–116

Fernald, J.G. (1999), *Roads to prosperity? Assessing the link between public capital and Productivity*, American Economic Review 89, pp. 619–638

Fortin, Ph (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*, Edição 03-2019, Lusodidacta, Loures

Franco, A. (2008). *Campo Pequeno – Crónica da Monumental de Lisboa*, Edição 052008, Argusnauta, Lisboa

Garcia-Milà, T.; McGuire, J.; Porter, R.H. (1996), *The effect of public capital in statelevel production functions reconsidered*, Review of Economics and Statistics 78, pp. 177– 180

Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro

Geertz, C. (2009). *O saber local*, Petrópolis

Glaeser, E.L.; Kolko, J.; Saiz, A. (2001). *Consumer city*, Journal of Economic Geography 1, pp. 27–50

Granovetter, M. (1985). *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*, Am. J. Sociol. 91 (3), pp. 481–510

Hertog, P. D.; Bilderbeek, R.; Maltha, S. (1997). *Intangibles: the soft side of innovation*, Futures 29 (1), pp. 33–45

- Hickman, D.C. (2009). *The effects of higher education policy on the location decision of individuals: evidence from Florida's bright futures scholarship program*, Regional Science and Urban Economics 39, pp. 553–562
- Holtz-Eakin, D., (1994), *Public-sector capital and the productivity puzzle*, Review of Economics and Statistics 76, pp. 12–21
- Holtz-Eakin, D. L. M.E. (1995), *Scale economies, returns to variety, and the productivity of public infrastructure*, Regional Science and Urban Economics 26, pp. 105–123
- Inspeção Geral das Atividades Culturais (2018), Relatório da Atividade Tauromáquica 2018
- INE (2009), Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, Lisboa, pp. 19- 72.
- INE (2013), Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, Lisboa, pp. 1- 8.
- INE (2019), Estatísticas da Cultura - 2018
- INE (2020), Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, Lisboa
- Jackson, J.; Murphy (2006). *Cluster in regional tourism, An Australian Case Peter Annals of Tourism Research*, Vol. 33, No. 4, pp. 1018–1035
- Laraia, R. (2001). *Cultura – Um conceito antropológico*, 14ª edição, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro
- Lonchner, L.; Moretti, E., *The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports*, American Economic Review, Volume 94, pp. 155-189
- Lundvall, B. (1992). *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*, Printer, Londres
- Krugman, P. (1989). *What's new about the new economic geography?*, Oxf. Rev. Econ. Policy 14 (2), pp. 7–17
- Maskell, P.; Eskelinnen, H.; Hannibalsson, I.; Malmberg, A.; Vatne, E. (1998), *Competitiveness, Localised Learning and Regional Development: Specialisation and Prosperity in Small Open Economies*, Routledge, Londres
- Melo, D. (2020). *Debates sobre a cultura em Portugal*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 94, pp. 97-118
- Milligan, K.; Moretti, E.; Oreopoulos, P. (2004). *Does education improve citizenship? Evidence from the U.S. and the U.K.*, Journal of Public Economics 88, pp. 1667–1695
- Myrdal, G. (1974). *What is development?*, Journal of Economic Issues, Vol. VIII, Nº4, 729-736

- Moreira, S. e Crespo, N. (2010). *Sobre a Natureza Multidimensional do Desenvolvimento*, em A. Romão, J. R. Silva e M. E. Ferreira (eds), Livro de Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres, Lisboa: Editora Almedina, pp. 817-38
- Moreira, S. e Crespo, N. (2012). *Economia do Desenvolvimento – Das Abordagens Tradicionais aos Novos Conceitos de Desenvolvimento*, Revista de Economia, 38 (2), mai/ago, pp. 25-50
- Moreira, S. e Crespo, N. (2013). *Sobre a Medição do Desenvolvimento – Uma Aplicação a Portugal*, Portuguese Studies Review, 21 (1), pp. 193-214.
- Moreno, J. (2017). *La tauromaquia como valor cultural y medioambiental. una aproximación comparada*, Revista Aragonesa de Administración Pública, núm. 49-50, Zaragoza, pp. 231-256
- Morgan, K. (2004). *The Exaggerated Death of Geography: Learning, Proximity and Territorial Innovation Systems*, J. Econ. Geogr. 4, pp. 3–21
- Munnell, A.H., (1992). *Infrastructure investment and economic growth*, Journal of Economic Perspective 6, pp. 189–198
- Nelson, R. e Winter, G. (1982). *An Evolutionary Theory of Economic Change*, The Belknap Press, Cambridge
- Pereira, L. (2010). *Tauromaquia. Identidade Cultural, Enquadramento Legal e Desenvolvimento*, tese de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE.
- Perroux, F. (1950). *Economic space, theory and applications*, Q. J. Econ. 64 (1), pp. 89–104
- Porter, M. (1990), *The Competitive Advantage of Nations*, The Macmillan Press, Londres
- Porter, M. (1998). *Clusters and the new economics of competition*, Harvard Bus. Rev. 76 (6), pp. 77–91
- Porto, M. (2016). *A Problemática do Desenvolvimento Regional em Portugal*, Debater a Europa, Periódico do CIEDA e do CEIS20, N.15
- PROTOIRO (2011). “Resposta à Petição n.º 2/XII/1.ª”, Assembleia da República - Comissão de Ciência, Educação e Cultura, Lisboa
- PROTOIRO (2017). *Estatísticas 2017 - temporada taurina de 2017 em números*, Lisboa
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Simon and Schuster, Nova Iorque
- Ramachandra, T., V. (2003). *Ecologically Sound Integrated Regional Energy Planning*, Nova Science Publishers, Huntington, Nova Iorque

- Ramachandra, T., V. (2007). *Solar energy potential assessment using GIS*, Energy Education Science and Technology, 18 (2), pp. 101–114
- Reich, R. (1991). *The Work of Nations: Preparing Ourselves for 21st-Century Capitalism*, Vintage Books, Nova Iorque
- Rutten, R. (2003). *Knowledge and Innovation in Regional Industry: An Entrepreneurial Coalition*, Routledge, Londres
- Rutten, R. e Boekema, F. (2007). *Capital Regional: immersion, innovation networks and regional economic development*, Technological Forecasting and Social Change, pp. 74
- Salomão, I. e Knob, A. (2020). *Desenvolvimento regional e localização industrial: uma sistematização das teorias clássicas*, Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 75, pp. 139-167, mai./ago. 2020
- Schumpeter, J. (1943). *Capitalism, Socialism and Democracy*, Allen & Unwin, Londres
- Scott, A. (1998), *Regions and the World Economy: The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order*, Oxford University Press, Oxford
- Shapiro, J. M. (2006). *Smart cities: quality of life, productivity, and the growth effects of human capital*, The Review of Economics and Statistics, 88, pp. 324–335
- Scatolin, F. (1989), *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná*, Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.
- Vasconcelos, M.; Garcia, M., *Fundamentos de economia*, São Paulo
- Teece, D. J. (2000), *Strategies for managing knowledge assets: the role of firm structure and industrial context*, Long Range Plan, 33 (1), Elsevier, pp. 35–54
- Tisdell, C. (1998). *A Review of Tourism Economics with Some Observations on Tourism in India*, In *Tourism and Development: Economic Social, Political and Economic Issues*, C. Tisdell and K. Roy, eds., pp. 7–17
- Trice, H. M.; Beyer, J. M. (1984). *Studying organizational cultures through rites and ceremonies*, Academy of Management Review, 9(4), pp. 653-669
- Waldorf, B.S., (2009). *Is human capital accumulation a self-propelling process? Comparing educational attainment levels of movers and stayers*, The Annals of Regional Science 43, pp. 323–344
- Waldvogel, H., (2008), *The collection and processing of human brain tissue for research*, Cell and tissue banking
- Winters, J.V. (2011). *Why are smart cities growing? Who moves and who stays*, Journal of Regional Science

<https://barreiradesombra.blogs.sapo.pt/apctl-reses-lidadas-por-ganadaria-e-1537625>

(Consultado a 25/07/2020)

<https://www.dicionariofinanceiro.com/ebitda/> (Consultado a 17/07/2020)

<https://knoow.net/cienceconempr/economia/indice-sintetico-de-desenvolvimentoregional-isdr/> (Consultado a 16/06/2020)

<https://festabravanoribatejo.blogspot.com/2018/> (Consultado a 05/09/2020)

<https://www.jornalvalorlocal.com/destaque-de-ediccedilatildeo-estaraacute-atauromaquia-em-vias-de-extinccedilatildeo.html#> (Consultado a 05/09/2020)

<https://www.touradas.pt/tauromaquia/atourada> (Consultado a 17/07/2020)

<https://www.touradas.pt/tauromaquia/cultura> (Consultado a 17/07/2020)

<https://www.touradas.pt/tauromaquia/historia> (Consultado a 17/07/2020)

<https://www.touradas.pt/tauromaquia/touradas-numeros> (Consultado a 17/07/2020)

<https://toureio.pt/pracas-de-touros-portugal/> (Consultado 02/08/2020)

<http://www.touroeouro.com/event/calendar?month=11&year=2018> (24/08/2020)

<http://tradicoestaurinas.blogspot.com/2018/> (Consultado a 20/08/2020)

ANEXOS

Lista de indicadores de base do Índice sintético de desenvolvimento regional

Lista de indicadores de base do <i>Índice sintético de desenvolvimento regional</i>				
Designação	Competitividade	Coesão	Qualidade ambiental	
PIS por habitante	+			
Produtividade aparente do trabalho	+			
Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades	+			
Densidade populacional	+			
Número de empregados por 100 indivíduos em idade ativa	+			
Índice de renovação da população em idade ativa	+			
Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior	+			
Cobertura territorial potencial em banda larga (ADSL)	+			
Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros com 3 ou mais camas por 1 000 habitantes	+			
Proporção da população residente em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes	+			
Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens	+			
Grau de capacitação em setores competitivos avançados	+			
Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia	+			
Proporção de VAB em setores de atividade internacionalizáveis	+			
Intensidade tecnológica da atividade industrial e dos serviços	+			
Proporção de pessoal ao serviço nas Tecnologias de Informação e Comunicação	+			
Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa em relação ao emprego total	+			
Taxa de natalidade das sociedades	+			
Taxa de sobrevivência das sociedades dos setores de atividade internacionalizáveis	+			
Proporção de pessoal ao serviço das sociedades maioritariamente estrangeiras	+			
Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas	+			
Despesas em I&D no PIS	+			
Taxa de crescimento migratório	+			
Taxa de criação líquida de trabalhadores por conta de outrem	+			
Pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial por pessoas ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial	+			
Esperança de vida à nascença		+		
Taxa quinquenal de mortalidade infantil		-		
Disparidade municipal do rendimento familiar por habitante		-		
Rendimento familiar por habitante		+		
Capacidade de retenção do rendimento gerado		+		
Taxa de fecundidade geral		+		
Desemprego jovem registado por indivíduos jovens		-		
Médicos por 1 000 habitantes por Local de residência		+		
Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes		+		
Pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior		+		
Número de ações de captação ao vivo por 1 000 habitantes		+		

Designação	Competitividade	Coesão	Qualidade ambiental
Proporção de população residente em áreas urbanas com 5 000 ou mais habitantes		+	
Taxa de pré-secundarização		+	
Taxa bruta de escolarização do ensino secundário		+	
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem		+	
Valor médio anual das prestações do regime geral da Segurança Social		+	
Índice de juventude		+	
Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade		-	
Taxa de retenção/inscrição no ensino básico		-	
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário		+	
Taxa de criminalidade contra as pessoas		-	
Desemprego registado por indivíduo em idade ativa		-	
Disparidade entre áreas na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa		-	
Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira		+	
Taxa de fecundidade na adolescência		-	
Indicador de água segura (consumo humano)			+
Qualidade do ar			+
Resíduos urbanos recolhidos por habitante			-
Águas residuais drenadas por habitante			-
Número de associações das ONGA de âmbito regional e local por mil habitantes			+
Proporção de uso do solo potencialmente não urbano			+
Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro			-
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente			+
Zonas classificadas em percentagem de áreas totais			+
Taxa de captação florestais ardidas			-
Contribuição da região para a substituição da produção de eletricidade produzida com energia primária fóssil por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões			+
Proporção da superfície de obras de reabilitação feitas no total da superfície de obras concluídas			+
Concentração territorial de novas construções			+
Consumo de água por habitante			-
Intensidade energética da economia em energia final			-

APÊNDICES

Listagem de empresas que organizaram eventos de tauromaquia formal em 2018

Empresa	Entidade	CAE	2018
TOIRO DAS SESMARIAS SOC DE INVESTIMENTOS HOTELEIROS E SIMILARES S A	Coletiva	56305 - Estabelecimentos de bebidas com espaço de dança	25
SOCIEDADE DE RENOVAÇÃO URBANA CAMPO PEQUENO S.A	Coletiva	68100 - Compra e venda de bens imobiliários	14
RAFAEL VILHAIS, UNIPessoal LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	13
TOIROS E TAUROMAQUIA LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	9
RICARDO HUMBERTO FERNANDES LEVESINHO	Individual		9
LUIS PIRES DOS SANTOS UNIPessoal LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	8
VERDADEIRA FESTA LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	7
COLINA FRESCA - AGRO PECUÁRIA, LDA	Coletiva	46230 - Comércio por grosso de animais vivos	7
APLAUDIR UNIPessoal LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	5
TRIUNFAPLAUSO ESPETÁCULOS TAUROMAQUICOS LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	5
PAULO PESSOA DE CARVALHO SOCIEDADE UNIPessoal LDA	Coletiva	90010 - Atividades das artes do espectáculo	4
ABEL CORREIA EVENTOS UNIPessoal LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	4
SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DAS CAMPINAS E CAMPOS UNIPessoal LDA	Coletiva	46230 - Comércio por grosso de animais vivos	3
FREGUESIA DE ABIUL	Junta de Freguesia		3
TROFÉU GANHO LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	3
DE CARAS - TAUROMAQUIA, LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	3
ANTÓNIO AFONSO PALMA NOBRE SEMEDO	Individual		3
NUNO JOSÉ OLIVEIRA NARCISO	Individual		3
ASSOCIAÇÃO TAUROMAQUICA REDONDENSE	Associação	94991 - Associações culturais e recreativas	2
CARLOS ALBERTO GUERREIRO DA SILVA Toiros Sul	Individual		2
CAMPO TORO AGRO-PECUÁRIA E TURISMO LDA Murteira Grave	Coletiva	01500 - Agricultura e produção animal combinadas	2
JORGE MANUEL RODRIGUES DE CARVALHO	Individual		2
FREGUESIA DA GRANJA	Junta de Freguesia		2
GFAR GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE RIACHOS	Associação		2
JOSÉ FRANCISCO MACEDO MALDONADO CORTES	Individual		2
UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARTAXO E VALE DA PINTA	Junta de Freguesia		2
OVAÇÃO E PALMAS UNIPessoal, LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	1
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE MONFORTE	Associação		1
J C TOIROS ORGANIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	1
MONTEMOR É PRAÇA CHEIA - EMPRESA TAUROMAQUICA LDA	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	1
PEDRO MIGUEL SOARES PINTO	Individual		1
GATO, SANTOS E ORTEGA, LDA (2016) + Alenteiro, Lda. (2018)	Coletiva	93291 - Atividades tauromáquicas	1
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE ALDEIA DA PONTE	Associação		1
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARRONCHES AMIGOS DA FESTA BRAVA	Associação		1
JOSÉ SALVADOR HERDEIROS	Individual		1
ASSOCIAÇÃO EQUESTRE DE VIANA DO ALENTEJO	Associação		1
DAVID MANUEL GODINHO RIBEIRO TELLES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE	Individual		1
MISERICÓRDIA DE NOSSA SRA DA ASSUNÇÃO DE MESSEJANA	Associação		1
PROMOSIZANDRAZUL - ASSOC DESENVOLVIMENTO FREGUESIA S PEDRO DA CADEIRA	Associação		1
RÁDIO CAMPANÁRIO VOZ DE VILA VIÇOSA CRL	Coletiva	60100 - Atividades de rádio	1
AMIGOS DA FESTA GRUPO FORCADOS AMADORES DE BENCATEL	Associação		1
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA	Associação		1
CERCIBEJA COOP DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO CIDADÃOS INADAPTADOS DE BEJA	Associação		1
FREGUESIA DE URROS	Junta de Freguesia		1
ASSOCIAÇÃO CULTURAL A POISADA DO CAMPINO	Associação		1
PAIO PIRES FUTEBOL CLUBE	Associação		1
GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE PÓVOA DE SÃO MIGUEL	Associação		1
SÍMBOLO PURO UNIPessoal LDA	Coletiva	45190 - Comércio de outros veículos automóveis	1
ASSOCIAÇÃO ESCOLA DE TOUREIO JOAQUIM GONÇALVES	Associação	90010 - Atividades das artes do espectáculo	1
FALQ - GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE ALENQUER	Associação		1
RAUL JOSÉ FREIRE MARQUES	Individual		1
UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUEAS	Associação		1